Janeiro / Fevereiro 2013
Ano 8_nº56
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus AMBIENTE

AUROQUE IBÉRICO

Página **10_11**

RECURSOS HÍDRICOS EM PORTUGAL

ENTREVISTA A CARMONA RODRIGUES

Página **4_5**

2013 - ANO INTERNACIONAL DA COOPERAÇÃO DA ÁGUA

MELHORAR O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO BÁSICO

Página **7**

BURRO EM VIAS DE EXTINÇÃO

BURRICADAS - ASSOCIAÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO BURRO

Página **24**

Mecenas Principal

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas Jornal

valorpneu

VEOLIA ÁGUA

EDITAL

AVISO CONVOCATÓRIO
Assembleia-Geral Ordinária da Quercus

Associação Nacional de Conservação da Natureza
Lisboa, 23 de Março de 2013, às 13:00 Horas

De acordo com os artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma Assembleia-Geral Ordinária, a realizar na sede social, sita no Centro Associativo do Calhau, Bairro do Calhau, Parque Florestal de Monsanto, em Lisboa, no dia 23 de Março de 2013 (Sábado), com início às 13:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apreciação e votação do balanço, relatório e contas da Direcção Nacional, bem como do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2012;
2 – Deliberação sobre as linhas de orientação da Associação, estratégia para o mandato dos futuros corpos sociais e apresentação de candidaturas
3 – Eleição dos órgãos sociais: Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Direcção Nacional e Comissão Arbitral;
4 – Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o exercício de 2013.

De acordo com o n.º 2 do art.º 19.º, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados

Lisboa, 31 de Dezembro de 2012
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Maria de Lurdes Cravo Anjo

AVISO CONVOCATÓRIO
Assembleias de Núcleo

De acordo com os estatutos da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, convocam-se todos os sócios residentes na área geográfica de intervenção de cada Núcleo Regional para as respetivas Assembleias de Núcleo, a realizar nas datas e locais abaixo listados e com a seguinte ordem de trabalhos:
1 - Informações;
2 - Apresentação, discussão e deliberação sobre o relatório de atividades e de gestão do ano 2012;
3 - Eleição da Direcção de Núcleo para o biénio 2013/2015;
4 - Apresentação e votação dos planos de atividades e do orçamento para o ano de 2013;
5 - Outros assuntos.

Datas e locais das Assembleias de Núcleo:
Assembleia do Núcleo Regional do Algarve
Data: 16 de Fevereiro de 2013
Hora: 15:00h
Local: Av. Maria Felizardo Palermo, 5
(junto ao Crédito Agrícola) / Moncarapacho
Sócio que presidirá à Mesa: Nélia Alfarrobinha

Assembleia do Núcleo Regional de Aveiro
Data: 1 de Março de 2013
Hora: 20:30h
Local: Sede do Núcleo - Rua de Espinho, nº 30 r/c, Aveiro
Sócio que presidirá à Mesa: João Paulo Figueiredo Pedrosa

Assembleia do Núcleo Regional de Beja/Évora
Data: 6 de Março de 2013
Hora: 21:00h
Local: Sede do Núcleo – Rua Afonso Costa nº 62, Beja
Sócio que presidirá à Mesa: José Luís Margarido

Assembleia do Núcleo Regional de Braga
Data: 21 de Fevereiro de 2013
Hora: 21:30h
Local: Sede do Núcleo - Urbanização das Andorinhas, loja 7, Braga
Sócio que presidirá à Mesa: Ana Cristina Rodrigues das Neves Ferreira da Costa

Assembleia do Núcleo Regional de Bragança
Data: 12 de Março de 2013
Hora: 18:00h
Local: Sede do Núcleo – Espaço do Moinho do Rio Fervença (Caminho pedonal do POLIS, a Jusante da Ponte de Além do Rio).
Sócio que presidirá à Mesa: Carlos Aguiar

Assembleia do Núcleo Regional de Castelo Branco e Covilhã
Data: 1 de Março de 2013
Hora: 19:00h
Local: Rua Dr. João Frade Correia, Lt 7, Loja Dtr, Fracção B, 6000-352 Castelo Branco
Sócio que presidirá à Mesa: Bruno Roberto Gonçalves Clara

Assembleia do Núcleo Regional de Coimbra
Data: 19 de Fevereiro de 2013
Hora: 21:30 h
Local: Sede do Núcleo - Urb. do Loreto, Lote 8, 5.º - C, Coimbra
Sócio que presidirá à Mesa: Adelaide Chichorro Ferreira

Assembleia do Núcleo Regional da Guarda
Data: 23 de Fevereiro de 2013
Hora: 17:30h
Local: Sede do Núcleo - Nova sala na Central de Camionagem da Guarda
Sócio que presidirá à Mesa: Ricardo Nabais

Assembleia do Núcleo Regional de Lisboa
Data: 16 de Fevereiro de 2013
Hora: 16:00h
Local: Sede do Núcleo Regional de Lisboa
Rua Eng. Ferreira Mesquita, Bloco C, 1º Dto. – Lisboa
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Vanda Marques

Assembleia do Núcleo Regional do Litoral Alentejano
Data: 03 de Março de 2013
Hora: 15:00h
Local: Sede do Núcleo -Moinho Novo da Galiza, Vila Nova de Sto André
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Dário Cardador

Assembleia do Núcleo Regional da Madeira
Data: 22 de Fevereiro de 2013
Hora: 18:30 h
Local: Sede do Núcleo - Centro de Educação Ambiental de Machico, Mercado Municipal, Largo da Praça, Machico
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Idalina Perestrelo

Assembleia do Núcleo Regional de Portalegre
Data: 12 de Março de 2013
Hora: 18:00h
Local: Escola Secundária S. Lourenço, Portalegre
Nome do sócio que presidirá à Mesa: Nuno Sequeira

Assembleia do Núcleo Regional do Porto
Data: 23 de Fevereiro de 2013
Hora: 15:00h
Local: Rua João Maia, 540 4475 – 643 Santa Maria de Avioso - Maia
Sócio que presidirá à Mesa: José Pedro Pinto

Assembleia do Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura
Data: 1 de Março de 2013
Hora: 21:30h
Local: Centro de Educação Ambiental de Ourém, Mata Municipal
Sócio que presidirá à Mesa: Domingos Patacho

Assembleia do Núcleo Regional de Setúbal
Data: 3 de Março de 2013
Hora: 15:00 h
Local: Centro de Cidadania Activa,
Rua João Eloy do Amaral, nº 140, Setúbal
Sócio que presidirá à Mesa: Carla Graça

Assembleia do Núcleo Regional de Viana do Castelo
Data: 2 de Março de 2013
Hora: 15:00h
Local: Junta de Freguesia de Santa Marta
Sócio que presidirá à Mesa: Esmeralda Rodrigues

Assembleia do Núcleo Regional de Vila Real
Data: 3 de Março de 2013
Hora: 17:00h
Local: Sede do Núcleo - Bairro da Araucária, Bloco G, Cave 7, Vila Real
Sócio que presidirá à Mesa: João Filipe Fernandes Branco

A Assembleia de Núcleo reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito de voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2012
O Presidente da Direcção Nacional,
Nuno Sequeira

O QUE NOS RESERVA 2013?

José João Sá

Nuno Sequeira
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

No início de mais um ano, cumpre-me desejar a todos, em nome da Direcção Nacional da Quercus, um excelente ano de 2013, pleno de sucessos pessoais e profissionais. Certamente gostaria de saudar e felicitar em especial todos os dirigentes e colaboradores da Quercus, que de uma forma esforçada e nem sempre fácil, fazem desta Associação uma referência na área do Ambiente, mas também todos os sócios e apoiantes, que nos ajudam de várias formas a levar por diante esta nem sempre fácil tarefa.

Chegamos então a 2013, um ano que não será certamente fácil, e onde teremos vários desafios pela frente. Será necessária e indispensável a ajuda e a compreensão de todos para que continuemos de forma dignificante a lutar por aquilo que acreditamos e de acordo com aquilo que são os nossos objectivos. O que esperamos é que o ano que agora começa seja mais solidário e traga bom senso a este Governo, não só ao nível da criação e implementação de políticas ambientais acertadas, mas também ao nível das preocupações sociais com todos aqueles que tentam viver e sobreviver no nosso país. Mas o papel de cada um de nós, e aquilo que fazemos para concretizar os nossos desejos, é igualmente fulcral, e conjugado com uma dose extra de esperança e confiança, pode contribuir determinantemente para que continuemos a acreditar em Portugal e comecemos o ano da melhor forma.

O ano de 2012, por seu lado, continuou a ser marcado pela crise financeira que atingiu a Europa e Portugal em particular. Esta crise financeira, para além de ter como consequência a diminuição do bem-estar da população, acabou infelizmente também por desviar a atenção da opinião pública dos graves problemas ambientais que continuamos a viver, levando inclusivamente a comportamentos com objectivos limitados a curto prazo, ao invés de privilegiar acções com implicações positivas a médio e longo prazo.

Tal como em anos anteriores, a Quercus fez um balanço ambiental relativo ao ano de 2012, tendo seleccionando os melhores e os piores factos que na sua opinião marcaram o ano que passou. Foram na ocasião destacados alguns factos negativos tais como o desinvestimento nas energias renováveis e nos transportes públicos por parte do Governo, a alteração da legislação de proteção ambiental, a teimosia na continuação do Programa Nacional de Barragens, a falta de recursos afectos ao controlo da qualidade do ar e da água, bem como aos serviços de fiscalização, e o anúncio do fim da Reserva Ecológica Nacional. Igualmente mereceram destaque negativo a aprovação por parte do Governo do empreendimento Vila Formosa em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, o atraso na reestruturação dos organismos públicos na área do Ambiente, a recolha de animais mortos que deixa aves protegidas e ameaçadas sem alimento, o facto de Portugal não cumprir a legislação em vigor sobre ruído ambiente e a condenação de Portugal, pelo Tribunal Europeu de Justiça, devido à má qualidade do seu ar.

Desta lista de pontos negativos, que infelizmente ainda extensa, um dos que mais salientamos é a alteração significativa da legislação de protecção ambiental que tem vindo a ser realizada a nível nacional, sem qualquer auscultação da sociedade civil e das Organizações Não Governamentais de Ambiente em particular. É uma atitude lamentável, que revela pouca transparência e uma forma incompreensível de trabalhar por parte do Governo, contrária a uma lógica de discussão prévia de propostas e alternativas, que seria totalmente natural num Estado que pretende envolver os cidadãos na vida pública. Esperamos pois, que este seja mais um dos pontos a rever em 2013, um ano onde também, ao nível ambiental, alguns outros desafios ir-se-ão colocar no panorama nacional. Alguns destes passarão por exemplo pelo debate relativo ao futuro da floresta em Portugal, numa fase em que assiste a um declínio das florestas de pinheiro-bravo nas áreas do centro e norte do País e em que alguns sectores de interesse pretendem a expansão das áreas de eucalipto em Portugal. Mas também alguns outros temas muito relevantes tais como o início de uma nova etapa na gestão dos recursos hídricos, a alteração da legislação de Avaliação de Impacte Ambiental, a exploração de minérios e a expansão da Plataforma Marítima Continental terão presença ao longo deste ano que, internacionalmente, será marcante ao nível das negociações sobre alterações climáticas.

Indo continuar, por certo, o panorama nacional de 2013 a ser marcado pela crise económica, e sendo de prever que esta se faça sentir em grande parte da nossa sociedade, é pois de esperar que se reforcem os constrangimentos transversais que incluirão naturalmente o Ambiente. O papel da Quercus será aqui o de continuar a alertar, de forma construtiva e activa, para os riscos e consequências do abandono de determinadas políticas ambientais, assim como de todas as implicações negativas que possam decorrer, a médio e a longo prazo, dessas opções erradas.

Também o ano de 2013 começa para a Quercus com o desafio de se conseguir continuar a afirmar como uma referência nacional e internacional ao nível do trabalho associativo e voluntário, em prol das diferentes temáticas ambientais e nesse sentido, a participação de todos os sócios é fundamental. Deixo por isso, desde já, o apelo para que todos compareçam nas suas Assembleias de Núcleo, que vão decorrer em Fevereiro e Março por todo o país, e façam ouvir a sua voz, de preferência colaborando positivamente com os trabalhos que todos os dias se vão desenvolvendo de forma descentralizada, e dando continuidade à dinamização deste movimento associativo, que cada vez mais é necessário e determinante no nosso país.

Um bom ano de 2013 a todos!

MACROSCÓPIO

A década passada assistiu a uma autêntica revolução na forma como se encara a gestão dos recursos hídricos na União Europeia, com a publicação da Directiva-Quadro da Água (DQA), em 2000, mais tarde transposta para o direito interno com a Lei da Água, em 2005. Considera que a DQA teve uma efectiva influência na gestão dos recursos hídricos em Portugal? De que forma se traduziu essa influência? Quais os aspectos positivos e também negativos, se os houve, dessa alteração de paradigma?

Creio que não se poderá dizer que a DQA tenha tido uma influência tão grande na gestão dos recursos hídricos em Portugal. Portugal tem uma longa tradição de gestão da água. Lembro que em 1919 se publicou uma Lei da Água e mesmo antes já havia muita legislação sobre o uso das águas. Durante muitos anos Portugal teve acções de monitorização, licenciamento e fiscalização dos recursos hídricos. O próprio pacote legislativo de 1994 configurava em si uma verdadeira Lei da Água, contemplando o planeamento por bacias, a regulação dos diferentes usos e o regime económico-financeiro. A DQA veio sobretudo uniformizar no espaço europeu uma abordagem de gestão dos recursos hídricos, acrescentando uma calendarização de medidas para se atingir o bom estado das águas, químico e ecológico, dando assim um passo em frente relativamente às directivas europeias de primeira geração que abordavam essencialmente requisitos para diferentes usos da água.

Apesar do disposto na DQA, os Planos de Gestão de Região Hidrográfica, os principais instrumentos de gestão dos recursos hídricos, que deveriam ter sido publicados em 2009, foram apenas concluídos muito recentemente. Quais as principais razões para este imenso atraso e quais as principais implicações desse mesmo atraso? Em seu entender, estão os PGRH agora publicados ajustados à realidade nacional e à conjuntura económica que o País atravessa?

Houve claramente um atraso muito grande no arranque da elaboração destes planos de gestão de região hidrográfica, aparentemente sem uma razão compreensível. A justificação parece prender-se com a demora na criação das Administrações de Região Hidrográfica, que seriam as entidades destinadas a promover a realização dos planos. Creio que as principais implicações neste atraso não terão sido tanto a falta de cumprimento das obrigações perante Bruxelas, mas antes a pressão e a pressa com que os planos tiveram de ser feitos, com eventual prejuízo na sua qualidade final.
Estes planos tiveram quanto a mim um aspecto muito positivo, que foi o facto de se ter feito um exercício de selecção criteriosa de medidas, devidamente programadas no tempo, associadas a um efectivo planeamento financeiro, enquadrado pelas disponibilidades de verbas disponíveis pelos diversos organismos da administração pública e mesmo de entidades privadas. Paradoxalmente, este atraso pode ter tido neste caso um aspecto benéfico, pois os planos foram já terminados num ambiente de forte contenção económica e financeira, dentro e fora de Portugal, que veio evitar uma atitude tradicionalmente voluntarista na definição de objectivos e das consequentes medidas e custos envolvidos. Na prática, muitas das medidas contempladas são já o que se estava a fazer ou o que já estava previsto, deixando pouco espaço para novas medidas que impliquem investimentos de certo vulto.
Não sendo este um problema exclusivo de Portugal, creio que Bruxelas reconheceu as dificuldades actuais em vários países em se cumprirem os objectivos da DQA nos prazos inicialmente previstos, e o próprio Blueprint, que será apresentado em breve (http://ec.europa.eu/environment/water/pdf/blueprint_leaflet.pdf), parece apontar para metas que irão até 2050. As dificuldades em se atingir os objectivos da DQA nos prazos inicialmente previstos devem-se, genericamente, a um grande número de desafios, tanto antigos como emergentes, que incluem a poluição da água, a exploração de águas subterrâneas e a produção de energia, o uso do solo ou os impactes resultantes das alterações climáticas.
De qualquer forma, no momento em que este artigo foi escrito, não foram ainda publicados os planos de gestão, não se conhecendo portanto o que irão ser ao certo as medidas desses planos. No entanto, na versão submetida à discussão pública eram contempladas várias medidas que receio que a actual conjuntura económica e financeira possa não ser favorável à sua execução.

RECURSOS HÍDRICOS EM PORTUGAL

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues nasceu em Lisboa. É licenciado em Engenharia Civil e Doutorado em Engenharia do Ambiente, pela Universidade Nova de Lisboa. Assistente Convidado desde 1983, e Professor desde 1992, para os cursos de Hidrologia e de Hidráulica, nas licenciaturas de Eng.ª do Ambiente, Eng.ª Civil e Eng.ª Geológica, na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Responsável pelo Laboratório de Hidráulica Prof. Armando Lencastre na Universidade Nova de Lisboa. Coordenador do Mestrado em Engenharia e Gestão da Água. Coordenador de Mestrado em Engenharia e Gestão da Água, desde 2007.

Consultor de Eng.ª Hidráulica e Ambiental desde 1978. Participou e foi responsável por vários projectos de investigação, nomeadamente nas áreas de gestão de recursos hídricos e modelação da qualidade da água. Publicou dois livros e mais de sessenta artigos em revistas nacionais e estrangeiras. Foi orientador de várias teses de mestrado e de doutoramento na área de recursos hídricos e integrou diversos júris de provas académicas. Durante os seus mais de 30 anos de experiência em recursos hídricos, esteve envolvido em diversos projectos importantes em Portugal e alguns no estrangeiro, incluindo planeamento de recursos hídricos, estudos de modelação matemática, obras hidráulicas, regularização fluvial e estudos de impacte ambiental.

a **Carmona Rodrigues**

ENTREVISTA

Carla Graça

O último Relatório do Estado do Ambiente refere que um terço das massas de água tem má ou muito má qualidade. A rede de monitorização dos recursos hídricos apresenta neste momento fortes deficiências de funcionamento. Estamos a assistir com cada vez mais frequência a fenómenos de seca extrema. Tendo em conta estas questões, quais considera serem os principais problemas dos recursos hídricos em Portugal neste momento? E no médio prazo? Que aspectos considera serem mais prioritários neste momento?

A monitorização é uma componente fundamental nas políticas de planeamento e gestão dos recursos hídricos. Não só para avaliar o estado das massas de água, mas também, por exemplo, para aferir o desempenho das medidas de despoluição, verificar o cumprimento da legislação, ou acompanhar o cumprimento de acordos internacionais. A actual situação de quebra na actividade de monitorização pode ter consequências irreparáveis, pois aquilo que não se mede não poderá medir mais tarde. E uma quebra nas séries de dados debilita, necessariamente, a robustez da informação e consequentemente as medidas a tomar para resolver os problemas pendentes.
As redes de monitorização foram reapetrechadas há poucos anos, passando em grande medida por uma substituição de equipamentos tradicionais por outros, mais novos, associados a modernas tecnologias de recolha e transmissão de informação. Mas há certas tarefas que exigem deslocações periódicas aos locais e a realização de actividades, tais como a aferição de curvas de vazão, que não podem deixar de ser feitas.
Nos recentes planos de gestão de região hidrográfica estava prevista a caracterização e a análise crítica das redes existentes, bem como propostas para a sua eventual adequação às necessidades actuais decorrentes das exigências da DQA e a gestão sustentável dos recursos hídricos. Um exemplo de manifesta dificuldade prende-se com a rede sedimentológica que desapareceu há muito, e que é de grande importância face à diversidade de problemas relacionados com a erosão e o transporte de sedimentos.
Quanto aos problemas actuais relacionados com os recursos hídricos em Portugal, várias questões podem ser focadas mas creio que é muito importante dar estabilidade ao quadro institucional vigente, acabando com uma permanente mudança de figurino que acarreta em si enormes custos de ineficiência e de falta de operacionalidade. Ao contrário do quadro legal, que penso que existe em quantidade suficiente, creio que neste momento se vivem sérias dificuldades em termos de disponibilidades financeiras para uma adequada gestão dos recursos hídricos e para fazer face aos compromissos e responsabilidades assumidas. É também extremamente importante que as políticas de certos sectores económicos, como a agricultura ou a energia, estejam efectivamente articulados e integrados dentro das políticas de gestão de recursos hídricos, o que, no caso da energia, não tem sido o caso em muitas situações.

Como vê o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), tendo em conta os fortes impactes ambientais e sociais negativos para os ecossistemas e as populações locais face à reduzida produção eléctrica prevista (3% da produção eléctrica anual)?
Muito já se falou do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), em especial da forma como foi lançado, à margem do próprio Plano Nacional da Água em vigor. Das dez barragens constantes do programa, nem todas foram adjudicadas, mas curiosamente a do Baixo Sabor, em construção, não fazia parte desse conjunto, o que não deixa de ser algo peculiar. Surpreendente foi também o facto de este programa, com a sua importância, não ter sido sujeito a parecer prévio do Conselho Nacional da Água. Numa altura em que tanto se fala em novos paradigmas, em que a própria definição de objectivos deve em si ser objecto de uma ampla discussão e de participação, este processo parece contradizer em tudo o que são as novas práticas de uma política sustentada e responsável.
Creio também que ficou por provar a pretensa bondade do programa, talvez por deficiente informação, no que diz respeito às mais-valias da sua execução. Ficou-se com a nítida sensação que o sector económico da energia se impôs ao dos recursos hídricos, com prejuízo deste último. Se nalguns casos, como o reforço de potência ou a introdução de grupos reversíveis, parece fazer todo o sentido, outros houve em que efectivamente a construção de novas barragens poderá ser questionável. Até porque pouco se tem feito ao nível da distribuição, sendo que a factura de energia no consumidor português continua elevadíssima. Nesta linha, não se pode deixar de dar uma palavra sobre a deplorável decisão de esbanjar dinheiro a pintar barragens, naquilo que muitos viram como uma verdadeira afronta aos milhares de famílias portuguesas que atravessam um período de extrema dificuldade económica.

Um dos temas mais sensíveis do momento refere-se à privatização da empresa Águas de Portugal. Está em curso neste momento a reestruturação dos vários sistemas, procurando uma maior integração e maiores efeitos de escala. É o modelo que está a ser seguido o mais adequado tendo em conta a realidade nacional? Quais os principais problemas que podem advir de uma eventual privatização dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais? Quais os principais aspectos a ter em consideração para melhor salvaguardar o interesse público?

Creio que nesta matéria deve haver uma definição de objectivos estratégicos para o sector, apoiada por uma clara maioria política com assento na Assembleia da República. O trabalho anteriormente realizado pela empresa AdP e o próprio PEAASAR não ajudaram nada neste domínio, percorrendo um caminho de contrariedades.
A gestão da AdP foi muitas vezes de grande irresponsabilidade, dando um péssimo exemplo do que deve ser uma empresa pública em defesa dos interesses públicos, com um excessivo voluntarismo na proliferação de empresas por todo o país, com algumas aventuras desastrosas no mercado internacional e com o apoio a soluções técnicas e de gestão muitas vezes em total contra ciclo relativamente às boas práticas. A fase mais recente, de grande tensão com os órgãos da administração local, não deixa antever soluções fáceis para o sector.
Quanto ao PEAASAR, nunca foi capaz de demonstrar que as soluções aí preconizadas seriam as que melhor serviriam a população, garantindo um serviço de qualidade ao melhor preço possível, atendendo à realidade demográfica e socioeconómica do país.
Posto isto, creio que é fundamental que seja o actual ministério a chamar a si a responsabilidade de se delinear a estratégia para o sector. A questão, antiga, da privatização volta a estar na ordem do dia. No domínio do abastecimento de água e da drenagem e tratamento das águas residuais, creio que não se deve ir por esse caminho. Penso antes que se poderá, e deverá, equacionar a possibilidade de fazer concessões ao sector privado. Tal como aconteceu no passado no caso da EPAL, cuja concessão a privados terminou em 1973.
A EPAL é um caso de sucesso, curiosamente tanto com gestão privada como com gestão pública. O que faz reforçar a ideia que o mais importante é mesmo a capacidade de regulação e de fiscalização que o Estado deve ter. O objectivo deverá ser sempre, quanto a mim, a prestação do melhor serviço de qualidade ao melhor preço. Para tal, e na hipótese de concessões, é fundamental que o Estado possa contratualizar com os privados salvaguardando o interesse público em qualquer circunstância. Vejo no entanto com alguma dificuldade a possibilidade de se avançar com esse tipo de soluções a curto prazo. Não só porque muitas das empresas do universo AdP não são economicamente atraentes, mas também porque a verticalização dos serviços, envolvendo a articulação com câmaras municipais, está longe de estar clarificada.

Considera que os nossos decisores estão devidamente sensibilizados para estas questões e já incorporaram a água como um recurso essencial e um activo fundamental no futuro do nosso País?

Estou em crer que sim. Conheço alguns dos actuais responsáveis e de um modo geral são pessoas muito sensatas e experientes. Como disse, muitas destas matérias deveriam ser objecto de um largo consenso, tanto ao nível político, como no seio da própria sociedade. A água tem uma tradição muito marcada na vida dos portugueses, que há muito estabeleceram uma relação com os assuntos que com ela estão relacionados que vai muito para além de uma aproximação meramente económica.

Nota: por vontade do autor, o presente artigo não segue o novo acordo ortográfico.

4ª EDIÇÃO DA FEIRA OBSERVANATURA

Núcleo de Setúbal uma vez mais presente
O Núcleo Regional de Setúbal esteve uma vez mais presente na Feira ObservaNatura, esta que foi a 4a edição e que decorreu no fim de semana de 13 e 14 de Outubro na Herdade das Mouriscas, em Setúbal.
A ObservaNatura é uma Feira de Observação de Aves e de Turismo de Natureza organizada pelo ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
A Quercus esteve presente com um pequeno stand de divulgação da sua actividade, com venda de publicações várias e uma exposição sobre o Montado, um dos principais ecossistemas da zona de Setúbal, e o projecto Green Cork.
Os visitantes puderam ainda degustar o azeite biológico "Cegonha Preta", produzido pela Quercus na sua herdade do Monte Barata, em Castelo Branco, e assinalar num painel as suas principais preocupações sobre o estado do ambiente na Península de Setúbal.
Núcleo Regional de Setúbal da Quercus

NÚCLEO REGIONAL DE LISBOA DA QUERCUS

Campanha de Angariação de Donativos – Dezembro de 2012
O Núcleo Regional de Lisboa tem passado uma fase de redinamização e nesse sentido tem integrado voluntários e desenvolvido actividades com o objectivo de o dinamizar, permitindo também a criação de uma ligação regular dos respectivos sócios e voluntários. No âmbito desta estratégia, foram lançados vários Grupos de Trabalho em áreas consideradas prioritárias: Actividades Ambientais, Apoio Técnico, Denúncias e Espaços Verdes e Biodiversidade. Para a concretização dos objectivos propostos, é fundamental a existência de recursos, nomeadamente materiais e financeiros, que permitam a aquisição de alguns equipamentos essenciais ao seu funcionamento, bem como a disponibilização de verbas necessárias para a gestão corrente e organização de algumas acções específicas a realizar na área de intervenção do Núcleo Regional de Lisboa. Neste sentido, o Núcleo Regional de Lisboa lançou uma Campanha de Angariação de Donativos durante o mês de Dezembro.

Acompanhamento de denúncias
Durante o ano de 2012 o Núcleo Regional de Lisboa tem recebido e acompanhado várias dezenas de denúncias ambientais. Até Dezembro de 2012 foram registadas 61 denúncias, nas mais variadas temáticas, sendo que os processos de mais de metade foram já fechados.
Em destaque nos últimos meses, uma descarga de entulhos que se verifica há já muito tempo perto da localidade de Polima, em São Domingos de Rana, que o Núcleo Regional de Lisboa denunciou e tem vindo a acompanhar.
O relatório desta denúncia pode ser visto em:
Vanda Marques

FEIRA DE OUTONO NAS MOURISCAS

Núcleo de Setúbal colabora com outras estruturas da Quercus
Uma banca com mel para ajudar o projecto Cabeço Santo em Águeda, azeite para ajudar o projecto do Monte Barata em Castelo Branco, apoio à Eco-tasquinha do CRASM, e ainda a disponibilização de um workshop de desenho de campo, estas foram as atividades em que os dirigentes do Núcleo de Setúbal - todos presentes - se aplicaram na Feira de Outono promovida pelo ICNF em Setúbal, dinamizando assim vários espaços na Herdade da Mourisca e colaborando concretamente com outras estruturas e projectos da Quercus. Porque somos todos QUERCUS!
Núcleo Regional de Setúbal da Quercus

CONFERÊNCIA
MELHOR CLIMA, MELHOR AMBIENTE

Cristina Rodrigues

A 1ª conferência de um ciclo sobre Responsabilidade Ambiental
Foi no dia 28 de Novembro que se realizou a primeira conferência do ciclo de conferências-debate sobre Responsabilidade Ambiental na Sociedade, resultado de uma parceria entre a Quercus e a AXA Portugal. Esta primeira conferência teve como tema "Melhor clima, Melhor ambiente", e teve lugar em tempo oportuno dada a realização da Conferência das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas de 2012 em Doha, contribuindo para reforçar a importância e a actualidade desta temática. O evento foi apresentado pelos presidentes da Quercus e da AXA, Nuno Sequeira e João Leandro, tendo-se seguido as intervenções de Francisco Ferreira, da Quercus, e de Paulo Lemos, vogal da APA, que nos ajudaram com uma maior compreensão da questão ambiental, mais especificamente no que diz respeito às consequências das alterações climáticas e o que podemos ou não fazer para mitigar os seus efeitos.
Também fez parte do painel, Paulo Magalhães, coordenador do projecto "Condomínio da Terra", que entusiasmou a plateia com a sua notável participação. Para quem não conhece, o Condomínio da Terra é um projecto que tenta sensibilizar as pessoas em geral para o problema ambiental, indo mais longe e tentando chegar aos Estados, procurando uma solução global para esta crise, sendo as alterações climáticas uma prova disso.
Seguiu-se o debate, moderado por Virgílio Azevedo, jornalista do Jornal Expresso, que fez jus à sua posição, não só questionando os participantes como dando oportunidade à plateia de intervir e ganhar um papel mais activo nesta conferência. No fundo, é precisamente o que se pretende deste ciclo de conferências, colocar questões, promover o pensamento ambiental, promover a interacção tanto de oradores como da assistência, nas mais variadas áreas profissionais, já que entendemos que é a diversidade e a troca de ideias que permite um enriquecimento quase ilimitado nesta ou em qualquer outra matéria.
A opinião junto da plateia foi unânime, a conferência foi um sucesso. Não só pela actualidade e importância do tema, como também pela notoriedade dos participantes e pela informalidade do modelo apostado. Pretendeu-se criar um clima de tertúlia que julgamos ter sido conseguido, esperando-se agora, que as restantes conferências do ciclo não deixem de inovar e de agradar.
A próxima conferência será no dia 1 de Março, sendo o tema em debate a "Eco-transformação". Este é um conceito novo em Portugal, também ele muito actual, que revela uma vez mais a importância dos agentes económicos e empresariais na prossecução da sustentabilidade ambiental.
Podemos afirmar que a economia está intimamente ligada aos sistemas naturais da Terra, daí ouvir-se tanto falar de erosão dos solos, expansão de desertos, aumento constante dos níveis de dióxido de carbono, etc. Há portanto, um claro conflito de interesses entre a economia e o ambiente. Será no seguimento deste pensamento que tentaremos procurar soluções para este conflito, mostrar de que forma pode haver uma conciliação entre ambos, sem que o sucesso de um sacrifique o outro. O grande desafio desta geração é reverter as tendências de produção desenfreada que nos levarão ao colapso.
O que procuramos é uma economia ambientalmente sustentável – uma eco-economia – em que as políticas económicas tenham uma concepção mais ampla de lucro. Para isso é preciso a cooperação de todos, economistas, juristas, ambientalistas, empresários, população em geral... Esta cooperação levará a uma melhoria da qualidade de vida que, ao invés de frustar a economia, a sustentará. Como bem sabemos o tecido empresarial tem uma influência importante neste âmbito, já que está na sua mão a possibilidade de iniciar ou ir mais longe neste processo de sustentabilidade ambiental, ou eco-transformação. Se cada empresa em Portugal, optar por tomar certos tipos de medida, como é o caso de reciclar, reduzir a sua pegada carbónica ou tornar o consumo de energia mais eficiente, etc. Não só estará a ter um comportamento económico mais inteligente como estará também a ser ambientalmente mais eficiente. Desta forma, seremos melhores produtores, consumidores e, claramente, teremos um ambiente mais saudável.

Fica o obrigado para todos os participantes da primeira conferência e o convite para todos os interessados marcarem presença nos próximos eventos. Consultar programa em www.quercus.pt

2013/ ANO INTERNACIONAL DA COOPERAÇÃO DA ÁGUA

Carla Graça

A ONU declarou 2013 como o Ano Internacional da Cooperação da Água.
As Nações Unidas esperam, através de esforços de cooperação entre Estados e organizações, melhorar significativamente as condições de vida de uma larga franja da população mundial que não tem acesso à água potável e/ou ao saneamento básico.

Cerca de 70% do nosso planeta é constituído por água. No entanto, apenas cerca de 3% é água doce, e destes, dois terços encontram-se retidos nos glaciares, restando apenas 1% de água disponível para utilização humana.
Estes 1% de água doce disponível, a que correspondem cerca de 13 600 000 km3, seriam, de acordo com a Organização das Nações Unidas, mais do que suficientes para suprir às necessidades de toda a população mundial, não fossem as más práticas que conduzem a um elevado desperdício e à poluição deste recurso em todo o mundo.
Assim, uma grande parte da água doce disponível não pode ser utilizada porque se encontra demasiado degradada e é inadequada para as utilizações pretendidas, nomeadamente o abastecimento para consumo humano. A água torna-se pois um recurso escasso, apesar de ser um bem comum.
Em Julho de 2010, a Organização das Nações Unidas declarou o acesso à água potável e ao saneamento básico um direito humano essencial. Actualmente, e em todo o mundo, cerca de 900 milhões de pessoas não tem acesso a água de qualidade e cerca de 2,6 milhões de pessoas não têm saneamento básico. Todos os anos, morrem 1,5 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade, devido a doenças relacionadas com a falta de água potável e de saneamento. Estima-se que 80% das doenças humanas sejam estejam relacionadas com a utilização da água não tratada, com o saneamento precário e com a falta de cuidados básicos de higiene. A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que as doenças transmitidas dessa forma provocam pelo menos 25 milhões de mortes por ano nos países em desenvolvimento, gerando custos altíssimos para a vida humana.
A Resolução das Nações Unidas apela a que as nações se empenhem na melhoria da situação actual e que as cooperações internacionais sejam reforçadas para que se cumpram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio na data acordada de 2015.[1]
Na sequência desta resolução, e para chamar a atenção da sociedade civil, empresas e governos para este facto, no sentido de tentar melhorar os índices de acesso à água potável e ao saneamento básico em todo o mundo, a ONU declarou, em Dezembro de 2010, o ano de 2013 como o Ano Internacional da Cooperação da Água. O dia 22 de Março de 2013, normalmente celebrado como o Dia Mundial da Água, será também este ano dedicado à cooperação da água.
Dado o carácter universal e transversal da água, que interliga aspectos naturais, ambientais, científicos, educacionais e culturais, as Nações Unidas delegaram na UNESCO a organização do Ano internacional da Cooperação da Água. O principal objectivo deste Ano Internacional é assim alertar para as questões relacionadas com a água, ao nível quer das potencialidades para a cooperação entre nações e organizações, quer dos desafios que se colocam à gestão dos recursos hídricos, tendo em conta o aumento da procura e as crescentes necessidades de acesso e disponibilização do recurso água.
Este Ano Internacional incidirá sobre casos de iniciativas bem sucedidas de cooperação da água, bem como sobre os temas mais prementes relacionados com a educação, a diplomacia, a gestão transfronteiriça dos recursos hídricos, a cooperação financeira, os enquadramentos legais nacionais e internacionais e as ligações com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Pretende-se também que sejam capitalizados os desenvolvimentos conseguidos na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), no sentido de serem formulados novos objectivos que possam contribuir para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável dos recursos hídricos (UN-Water, 2011).
Durante 12 meses, a UNESCO irá promover eventos e debates que ajudem a procurar soluções para combater alguns dos mais graves problemas da Humanidade, nomeadamente a ausência de água potável para cerca de 11% da população mundial, a falta de saneamento para cerca de um terço da população mundial e a morte de cerca de 5 mil crianças todos os dias devido a doenças provocadas pela falta de acesso a água de qualidade.

O desafio da água na União Europeia e em Portugal
Mas se estas questões assumem um carácter de maior urgência nos países em desenvolvimento, os países desenvolvidos enfrentam também enormes desafios na gestão dos recursos hídricos. Um relatório da European Environment Agency (EEA), publicado em Novembro, informa que mais de metade das massas de água na União Europeia se encontram em mau estado e dificilmente atingirão o bom estado ecológico em 2015, conforme as metas estabelecidas pela Directiva Quadro da Água (DQA).
Grande parte da poluição verificada nas massas de água, não apenas superficiais, mas também de origem subterrânea, devem-se a fertilizantes e outros poluentes oriundos da actividade agrícola. A agricultura é também a actividade com maior intensidade hídrica, com cerca de 50 a 60% do consumo total de água, quantidade essa que atinge os 80% nos países do Sul da Europa, e nomeadamente Portugal e Espanha.
As alterações climáticas contribuirão também para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos na União Europeia, onde é esperada nas próximas décadas uma redução das disponibilidades hídricas para os vários usos. A gestão transfronteiriça dos recursos hídricos partilhados assume aqui uma especial relevância e sensibilidade.
Portugal, sendo um país da bacia do Mediterrâneo, encontra-se numa situação particularmente vulnerável a fenómenos extremos decorrentes das alterações climáticas, nomeadamente secas, como a que ocorreu no último ano hidrológico.
O último Relatório do Estado do Ambiente reporta que um terço das massas de água apresenta má ou muito má qualidade. A conjuntura económica actual e os fortes constrangimentos financeiros que o país atravessa neste momento tornam os desafios ainda mais difíceis. Os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), embora muito atrasados face ao disposto na DQA, podem e devem ser uma oportunidade para que se estabeleçam prioridades realistas e se implementem medidas de protecção dos recursos hídricos. O estabelecimento de uma gestão conjunta com Espanha para as bacias hidrográficas partilhadas na próxima geração de PGRH, já em 2015, será absolutamente essencial. E espera-se ainda que, em 2013, o Plano Nacional da Água assuma finalmente o seu papel orientador e enquadrador da política da água em Portugal.
O envolvimento activo de todos os agentes da sociedade civil é necessário no sentido de se conseguir uma política da água verdadeiramente coerente e articulada, que promova a utilização racional do recurso água, não apenas para o presente, mas principalmente para os anos vindouros. O futuro dependerá muito da forma como aprendermos a valorizar e a proteger verdadeiramente o bem precioso à vida humana e a toda a vida no Planeta Terra que é a Água.

[1] Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são oito objectivos específicos, estabelecidos oficialmente durante a Cimeira do Milénio das Nações Unidas, em 2000, visando o combate à pobreza e a procura do desenvolvimento sustentável. Foram subscritos por todas as 193 nações que integravam a ONU à data e por mais de 23 organizações internacionais, que se comprometeram a atingi-los no ano de 2015.

Os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar o ensino primário universal;
3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher;
4. Reduzir a mortalidade de crianças;
5. Melhorar a saúde maternal;
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento.

Mais informação em: http://www.un.org/millenniumgoals

planetazul
o portal de ambiente e sustentabilidade

ETARs: NÃO CONSEGUEM REMOVER RESÍDUOS DOS MEDICAMENTOS

O processo utilizado pelas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) não é suficientemente eficaz para eliminar resíduos de medicamentos, de acordo com um estudo apresentado pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP). Os investigadores lembram que, para além das águas, também os solos estão a ser contaminados com produtos farmacêuticos.

"Não tem havido uma consciencialização para este tipo de problema. Fala-se muitas vezes da contaminação das águas, dos rios e dos mares, mas muito pouco dos solos. Por vezes, existem nas imediações das ETARs pequenas hortas familiares, algumas das quais até a produzir produtos biológicos. Mas a verdade é que os solos podem esconder vários tipos de problemas, entre eles a existência de resíduos de fármacos", explicou, em comunicado, Valentina Domingues, docente do ISEP e membro da equipa de investigação.

Os investigadores do ISEP centraram o estudo em três antibióticos (amoxicilina, tetraciclina e trimetoprim) e um anti-inflamatório (ibuprofeno), por serem os fármacos mais consumidos pela população. Os resultados indicam que estes medicamentos, especialmente o ibuprofeno, não são totalmente removidos.

"Trata-se de um problema global [que não acontece só em Portugal] e é complicado melhorar a eficiência das estações de tratamento. Temos de resolver o problema a montante", comentou a investigadora.

Ainda assim, o ISEP quer encontrar soluções para a reabilitação de solos contaminados e criar mecanismos capazes de minimizar o impacto dos compostos farmacêuticos no meio ambiente e consequentemente na saúde das populações. "Parte do diagnóstico está feito. Em Portugal, a presença de fármacos no meio ambiente é uma realidade, tornando-se urgente encontrar técnicas de remediação que permitam reabilitar os solos", defendeu Valentina Domingues. Os investigadores estão agora a desenvolver uma metodologia alternativa mais verde e de baixo custo. "Os resultados preliminares parecem ser promissores", comentou. **Planetazul**

QUER TOON

DESENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL

Em 2011 a população da Coutada, uma zona rural e habitacional no concelho de Ílhavo, entrou em contato com o núcleo de Aveiro da Quercus por causa da ameaça de ocupação de solos agrícolas e zonas de conservação da natureza por um novo empreendimento da Universidade de Aveiro. Por essa altura esgotava-se o prazo de participação pública do Estudo de Impacte Ambiental da construção do Parque de Ciência e Inovação - PCI. Logo na altura o Núcleo analisou a projeto e levantou algumas questões. E fomos ficando a conhecer melhor o projeto, que para além da Universidade, junta as câmaras municipais de Ílhavo e Aveiro, e outras entidades. Formam aquilo a que chamam Parceria Público-Privada, uma PPP, e que todos os dias vamos conhecendo melhor os seus contornos escandalosos. Desde logo se levantou uma questão fundamental: o porquê da escolha de uma zona agrícola, em produção, uma zona de importância para a conservação da natureza, a margem da própria Ria de Aveiro, e ainda para mais uma zona em que é preciso demolir habitações e expulsar moradores.

A Declaração de Impacte Ambiental foi prontamente emitida pelos serviços centrais, desvalorizando as questões levantadas pelo núcleo e referindo que em relação à localização só poderia ser na Coutada, porque um Parque de Ciência e Inovação tem que estar contíguo à Universidade. Mas não explicando porquê, apenas referindo que nos estudos feitos se concluiu isso mesmo, e como tal nem um estudo de localização alternativo foi feito. Foi mesmo assim: ali é que é bom, nem vamos considerar alternativas melhores para o ambiente, ou alternativas melhores para a qualidade de vida urbana, ou alternativas melhores para a economia, ou alternativas melhores para o desenvolvimento regional, ou alternativas melhores em todos estes domínios.

Desde então tem sido esta a causa que tem envolvido o núcleo de Aveiro da Quercus, que tem tentado impedir a destruição de mais zonas verdes sem que sejam estudadas alternativas.

Mário Quaresma

Organizámos um debate aberto, nenhuma entidade compareceu! Fizemos notas de imprensa, sistematicamente ignoradas! Alertámos várias entidades a nível europeu e nacional, todos respondem que não têm nada a ver com isso. Mas o dinheiro para financiar o investimento inicial desta PPP vem da Europa, pois claro. Uns significativos 85% a fundo perdido, do QREN. Só não sabemos quem vai depois financiar o funcionamento do PCI, mas tendo-se constituído uma empresa de capitais públicos e privados, a PCI–SA, para gerir o espaço, já imaginamos quem vai ter que cobrir novos buracos orçamentais (Aveiro, Ílhavo, Vagos são apenas um exemplo de autarquias locais com dívidas que ultrapassaram os limites).

Resta-nos o recurso à justiça, que talvez por ser cega chega sempre tarde e a más horas. Mas seja como for, ao analisar os vários documentos, já descobrimos que foi a Associação Industrial do Distrito de Aveiro que inventou o argumento que tinha que ser contíguo à Universidade. Mas vimos mais, lemos que os exemplos utilizados para justificar este PCI são iniciativas em vários países que começaram há cerca de 20 anos, quando a realidade económica era completamente diferente, em termos de empresas e em termos conjunturais. Em nenhum dos exemplos a Universidade era contígua, mas participava de forma empenhada nas estruturas empresariais, o que é muito diferente. E vimos ainda que o Parque de Ciência e Inovação mais não é do que uma nova zona industrial, chama-se assim por ser um conceito pouco diferente das zonas industriais dos anos 80. Mas também já está ultrapassado. E por ser mais uma zona industrial, começam a aparecer já alguns projetos industriais que vão precisar de um local para se instalarem, de preferência um local com uma vista invejável, a 5 minutos do centro de Aveiro ou de Ílhavo, tudo novinho em infraestruturas e oferecido a custo zero. Um desses projetos poderá ser o que liga a Vista Alegre, das porcelanas, ao IKEA, do mobiliário e coisas para as habitações, para uma nova linha de produção. Os acordos já foram assinados.

Em Coimbra também já há acordos tornados públicos. Com o IKEA. A posição atual da Câmara Municipal de Coimbra é de total submissão aos interesses da empresa multinacional, em termos próximos ao seguinte, conforme lamento para os jornais locais: Nós bem que insistimos para o IKEA se instalar numa zona industrial abandonada, promovendo a recuperação e requalificação urbana, mas eles diziam que só vinham para Coimbra se pudessem construir numa zona verde, bem perto de um outro empreendimento que também destruiu uma importantíssima zona verde, o Fórum. E nós tivemos que ceder!

Uma vergonha, todos estes gestores do espaço público!

É apesar de tudo muito mais fácil expandir para locais novos do que recuperar o que já existe, mesmo que se tenha de construir de novo (em solo que já antes era urbano). A autorização para construir de raiz num local urbanisticamente virgem deveria portanto estar muito mais associada à responsabilidade por recuperar o que noutro local já urbanizado se encontra degradado. Muito desse solo urbano fica expectante até o proprietário, por exemplo de uma fábrica decrépita como muitas das que encontramos nas imediações de Coimbra, poder obter lucro máximo com um loteamento para habitação. Ao expandir para um lugar ainda urbanisticamente virgem desperdiçam-se noutros locais infraestruturas já existentes, tais como estradas, passeios, esgotos ou postes de iluminação pública, que perdem uso ou são usadas deficientemente por a zona ficar desleixada e/ou despovoada, assim como também não se contabilizam as perdas daí resultantes em segurança e em qualidade de vida para os residentes nas imediações desses locais. Se é muito provável que, nas atuais circunstâncias, sem crescimento empresarial não possa haver emprego, não deixa de ser relevante distinguir, num planeta de recursos finitos, entre crescimento útil ou proveitoso para todos, equilibrado e portanto sustentável, e um outro que além de desnecessário possa contribuir para manter «intacto», não o património natural, como deveria acontecer, mas antes o património urbano decrépito que nos desfeia a cidade.

Em Aveiro ou em Coimbra, as empresas sabem que a sua imagem junto dos consumidores não sai beliscada, uma vez que têm as autorizações dos políticos, e as suas contas são fáceis de fazer. Tal como as contas que os políticos fazem, tudo muito fácil, se há dívidas alguém as pagará que não eles. E nos discursos entala-se a expressão do desenvolvimento sustentável, desde que no terreno se veja a obra que nos traz este crescimento insustentável. É essa obra visível que interessa no terreno, é isso que serve para dar mais sociedade de consumo a consumidores mal informados. Que bom que era os núcleos regionais da Quercus terem mais associados, e sócios mais ativos também!

Pode ser que em 2013...

TEMA EM DESTAQUE

O AUROQUE IBÉRICO

Gonçalo Figueira_ texto e fotos

Nos primórdios

Em Portugal continental, o auroque existiu mesmo durante as fases glaciárias do Pleistoceno, persistindo até períodos tão recentes, como pelo menos o Calcolítico, com registos fósseis oriundos de diferentes partes do país.

A flora, a fauna e o tipo de habitats, durante o final do Pleistoceno, apresentou grandes variações na maior parte do nosso país, mas o auroque sobreviveu localmente a todos os períodos climáticos. Dotado de dentição hipsodonte (ideal para triturar herbáceas), procurava as florestas abertas e as pastagens, sobretudo junto a rios e pântanos, mas no inverno, por vezes procurava o abrigo da floresta. No outono alimentava-se também de bolotas, e no inverno incluía ramos de árvores, arbustos e até casca de árvores. A Península Ibérica, decerto também teve um papel de refúgio climático para esta espécie, pois o auroque não está tão bem adaptado ao gelo como o bisonte-europeu e durante as fases mais frias e secas do Pleistoceno, houve um nítido recuo das condições mais favoráveis à sua sobrevivência, em direção à Europa do Sul.

O primeiro contato com os humanos

Foi identificada a presença do auroque (baseado em registos fósseis), em vales abrigados (como o Vale de Boi), zonas pantanosas (Bacia do Tejo), planícies e planaltos (Ribatejo e Alentejo) e tanto com floresta dispersa como densa (Estremadura, Serra da Arrábida), sendo assim possível e pela primeira vez, delinear as regiões escolhidas por esta espécie em Portugal. Contudo, também o Homem procurava abrigo nessas mesmas zonas, sobretudo, durante os períodos glaciários.

A razão da extinção do auroque em Portugal, não foi devido a mudanças climáticas ou a predadores como o leão, mas somente por causas humanas: a pressão exercida pela caça, e as alterações profundas provocadas, em zonas muito importantes para o refúgio destes bovinos selvagens, foram quase certamente a razão principal da extinção do auroque em Portugal. Mas, parece quase certo que foi só quando o Homem ibérico começou a dominar o cavalo, é que a caça aos auroques, tomou outro sentido. Era mais fácil de chegar perto destes corpulentos bovinos, mas também não era ausente de riscos.

Certos ossos de auroque em Portugal, apresentam cortes e alterações feitas por humanos, provando que este animal era uma fonte de alimento, para os nossos antepassados. O seu couro muitas vezes coberto de densa pelagem, que crescia entre os chifres, era usado para fazer cintos. Dizia-se que uma vez usados numa mulher, aumentavam a sua fertilidade.

Contudo, o Homem por vezes dava tréguas e limitava-se a contemplar estes extraordinários animais. Nas gravuras do Côa, podem-se observar detalhes comportamentais dos auroques, que requeriam uma paciente observação: uma vaca ergue a cabeça e descansa a cauda nas costas, outra vaca vira a cabeça e olha para trás e uma observa de frente, o observador que a «eternizou» na rocha.

Há quem acredite, que a milenar transumância ibérica, derivou da observação direta dos animais selvagens por parte do Homem, e que ao acompanhar as manadas destes animais, começou por entender melhor sobre os seus hábitos alimentares e migratórios.

A domesticação

A domesticação do auroque, tornou-se num marco importante de apoio para as civilizações humanas. Obter carne, leite e couro, já não era uma atividade tão incerta e perigosa.

E onde os auroques foram domesticados? Especialistas mais conservadores dizem que pelo menos em duas regiões, há cerca de 10-12 mil anos atrás: Médio Oriente e Índia. Algumas escavações revelaram formas de gado selvagem, e mais tarde, semi-doméstico e doméstico, no Noroeste da Península Ibérica. Em alguns casos, até mesmo juntamente com ossos humanos, o que poderia representar algum tipo de ritual. A probabilidade de que tivessem havido mais eventos de domesticação, além dos que são conhecidos, parece ser cada vez mais alta, assim que o conhecimento sobre o tema aumenta.

Estudos genéticos recentemente realizados em algumas raças bovinas ibéricas primitivas, comprovaram a existência da influência do auroque, na sua formação. Tanto do lado maternal, como paternal. É possível que os machos deste touro selvagem, tenham coberto vacas domésticas e que algumas vacas e touros selvagens tenham sido capturados e integrados como gado doméstico.

Como foi possível domar um animal tão formidável como o Auroque? Os Auroques mais inexperientes podem ter sido assustados e empurrados para dentro de zonas cercadas, e uma vez presos, foram submetidos pela primeira vez à seleção humana. Estudos genéticos, revelaram que alguns povos antigos da Península Ibérica, fortemente dedicados à pastorícia extensiva, domesticaram animais como o porco e o cavalo. Tal poderá também ter ocorrido com o auroque, pois esta teoria é também apoiada em boa parte pelo genótipo e o fenótipo de algumas raças bovinas ibéricas.Após alguns milhares de anos e sujeito às pressões da domesticação, o auroque deu origem à variedade de raças bovinas (taurinas) que hoje conhecemos. Surgiram assim raças bovinas especializadas para diferentes fins: o poder de tração, a produção de carne, a produção de leite, as touradas, entre outros.

O último drama: a extinção

Contudo iria ser, bastante depois e bem a norte que se iria desenrolar o último drama da tão conturbada existência do famoso auroque. Uma situação política particularmente difícil, na Polónia, com a rápida sucessão de vários reis ao trono, assim como vários problemas internos, impediram que mais esforços concertados fossem feitos para evitar a extinção do Auroque. Caça furtiva, má gestão florestal, a transmissão de doenças do gado doméstico que existia nas proximidades, entre outros problemas, contribuíram para o desaparecimento da derradeira manada de Auroque. O último grupo de animais ficou cada vez menor e, finalmente, em 1627 dC, o último Auroque (uma fêmea), morreu. Há um monumento em Jaktorow, para recordar este derradeiro animal.

Vacas Maronesas a prosperarar em zona habitada por lobos

Auroque representado no Vale do Côa

Vaca Maronesa

Vitelo Maronês e a sua mãe.

O Auroque de Augsburg cópia da pintura Alemã original do sec.XVI dC

Vacas Maronesas

Reconstrução do aspeto do auroque europeu (macho e fêmea), baseado em esqueletos provenientes da Suécia (macho) e da Dinamarca (fêmea) perto de um homem com 1.80m. Artista: Daniel Foidl

Jovem touro Maronês

As vacas Maronesas abrem corta-fogos e limpam a floresta

Como era o auroque ibérico?

O auroque ibérico, encontra-se representado na arte pré-histórica e existem crânios e mais alguns ossos, que nos permitem aprofundar mais sobre como eram algumas das suas caraterísticas. É muito importante discernir, sexo dos animais que se estuda e o seu estado de maturidade, pois assim evitam-se erros de identificação. Para já, ainda não existem indícios que na Península Ibérica houvesse uma subespécie diferente da que habitava na restante Europa: o *Bos primigenius primigenius*.

Os ossos de auroque, normalmente distinguem-se pelo seu tamanho superior em relação ao gado doméstico, ainda que possa haver alguma dificuldade em distinguir ossos de vacas de auroque, dos de touros domésticos ou bois, pois os tamanhos podem coincidir.

Evidentemente que condições específicas, dão origem a ecótipos diferentes. Leis como as de Bergmann e Allen, podem em variadas circunstâncias, ser aplicadas.

As populações da Europa do Norte, como na Dinamarca e na Alemanha, atingiam uma altura ao ombro entre 155 cm e 180 cm, para os touros e 135 cm e 155 cm, para as vacas. Algum exemplar extraordinário poderia potencialmente chegar aos 2 metros. Enquanto para a Península Ibérica, Von Den Driesch e Boesseneck, afirmam que os auroques Portugueses deveriam variar entre 140 cm e 170 cm, no período pós-glaciário. É importante notar, que Claude Guintard, não refere o sexo correspondente a estas estimativas, mas já nos dá alguma ideia do tamanho médio dos auroques ibéricos. Cis Van Vuure refere que os auroques ibéricos, eram comparáveis em tamanho às populações da Hungria (segundo René Kysely, os machos adultos variavam entre 155 cm e 160 cm) e da Suiça. Enquanto em grande parte da Europa, houve um decréscimo do tamanho do auroque, do Pleistoceno para o Holoceno, na Península Ibérica, segundo Estévez e Sana, registou-se o contrário, praticamente até à Idade do Bronze. Este aspeto ainda não tem uma explicação razoável. O peso dos auroques, tem sido ainda difícil de determinar, pois não se consegue fazer uma correlação segura, através dos ossos de gado doméstico com o seu peso vivo, dado que tudo depende da idade, da raça e do estado nutricional de cada animal. Comparando com espécies selvagens de bovídeos como o bisonte e o banteng, e tendo em conta a corpulência dos animais, é provável que alguns auroques fêmeas tivessem um peso em torno dos 400kgs e alguns machos, à volta de 700-800kgs. Durante o Pleistoceno, existiram alguns gigantes que se estima que podiam atingir 1500kgs.

Não existem pelagens, mas não muito longe de Espanha (tendo em conta a capacidade de dispersão destes animais) e nas célebres pinturas rupestres de Lascaux, existe um detalhe artístico elevado e tintas suficientemente diversas, para ter uma ideia fiável da coloração dos auroques. As vacas tinham uma cor mais clara (castanho-avermelhada e laranja), e em alguns casos tinham também a cabeça, o pescoço e o peito, escurecidos. As patas e o ventre também poderiam ser mais escuros. Os touros tinham uma cor mais escura, sendo castanho escuros ou praticamente todos pretos, mas com uma lista ao longo da espinhal dorsal de tom mais claro. Os vitelos eram mais claros, no geral, que ambos os adultos, mas no caso dos touros esta cor começava a mudar em poucos meses para um castanho mais forte. Os adultos de ambos os sexos e as crias têm branco na ponta do focinho.

Estas descrições, seguem não só as detalhadas pinturas rupestres do Sul de França (Lascaux e Chauvet), como uma carta de Anton Schneeberger enviada para Conrad Gesner, de 1602, que descreve de forma bastante clara, o auroque, numa altura em que este ainda existia na Polónia. É bastante provável que tenha observado estes animais em pessoa. Mais colorações ou combinações de cor podem ter existido, mas estas são as que se conhecem.

As proporções corporais, no auroque, faziam com que o seu tronco tivesse uma aparência mais quadrada do que retangular. Estas foram as conclusões de Duerst ao examinar vários esqueletos oriundos de Inglaterra, Alemanha e Suécia. A altura ao ombro tinha sensivelmente o mesmo comprimento que o tronco. O gado doméstico moderno, tem muitas vezes um tronco retangular, não porque tenha aumentado de comprimento mas porque diminuiu de altura, após o evento da domesticação. Com a perda de diversidade genética e com poucos estímulos ao desenvolvimento ósseo, o gado doméstico, foi reduzindo de tamanho. As patas do auroque, eram relativamente mais longas, os quartos traseiros mais estreitos e os músculos dos ombros mais salientes, em particular nos touros, em comparação com o gado doméstico. O crânio do auroque tinha as órbitas oculares mais pronunciadas, era bem desenvolvido e comprido, sobretudo em comparação com o gado dos nossos dias.

Ainda que o ângulo de desenvolvimento dos chifres relativamente à posição do crânio fosse variável (mas com uma média de 60 graus), em 2 crânios de auroque ibérico, os chifres saem do crânio lateralmente, sobem e encurvam-se para frente, virando para dentro e para cima, no fim. Com a idade é possível, que por exemplo, nas vacas mais adultas e desenvolvidas, os cornos no fim, tivessem as pontas viradas para trás como já foi observado em algumas raças bovinas primitivas portuguesas e detalhadamente representado num exemplar de auroque do Vale do Côa.

Poucos cornos de auroque ainda com queratina foram recuperados, mas alguns dos que se tem constância de ainda existir (e que vamos aqui descrever), foram preservados porque eram objetos de adorno e com utilidade para os humanos: para conterem óleos e unguentos para cerimónias religiosas, ou para serem adornados com materiais preciosos e servirem como copos de beber cerveja ou hidromel (que eram oferecidos a pessoas importantes ou consideradas especiais).

Segundo Cis Van Vuure, os auroques machos tinham cornos que variavam entre 60 cm e 107cm de comprimento, com um diâmetro entre 10cm e 18cm. As fêmeas entre 40 e 70cm de comprimento e com um diâmetro entre 7 e 10cm. Claro que certos animais poderiam apresentar valores acima ou abaixo destas médias.

A cor verdadeira dos chifres era normalmente creme ou amarelada, com um tom escuro nas pontas.

O ressuscitar de um mito

Símbolo de clubes, cidades e instituições; nome de vilas, pontos urbanos e regiões inteiras, motivo de cunhagens, de pinturas milenares, de menções honrosas de reis, imperadores e faraós; estrela das arenas romanas, o auroque inspirava uma misteriosa aura de sabedoria. Apesar de alguns esforços de conservação, os Auroques desapareceram.

Na Alemanha, durante as décadas de 1920 e 1930, os irmãos Heck, ambos diretores de zoos, começaram a sua tentativa de ressuscitar o Auroque, através do cruzamento de várias raças de gado, que visualmente lhes pareciam estar relacionadas com o seu antepassado. Mas infelizmente, ambos tinham uma ideia errada, em vários aspetos, sobre a aparência do Auroque. Por isso os resultados das suas experiências são considerados um fracasso. Durante a década de 1990, o grupo ABU Soest, iniciou um projeto para melhorar o gado Heck e conseguir uma semelhança maior ao Auroque. No entanto e devido a alguns erros de planeamento, tal tentativa também foi mal sucedida.

Tendo em conta a importância vital do Auroque nos ecossistemas Europeus e tendo em conta os erros que foram feitos em anteriores tentativas de reconstrução, em 2009, um grupo de cientistas de diferentes campos de investigação e de diferentes partes do mundo, decidiu juntar-se para tentar mapear a existência de raças de gado que tenham herdado a genética e a aparência do seu primitivo antepassado. Será como construir um puzzle, peça por peça, para obter o resultado pretendido: um gado praticamente idêntico ao seu antecessor selvagem. Trata-se de uma iniciativa completamente nova, chamada de TaurOs Programme. Como dentro de cada raça, podem haver animais de origens e caraterísticas físicas e genéticas diferentes, é necessário um profundo conhecimento, sobre como e quais animais selecionar.

O TaurOs programme pretende selecionar os animais mais semelhantes ao auroque, em algumas das raças mais primitivas do mundo. Raças como a Pajuna, a Maronesa, a Limia, a Maremmana Primitivo, entre outras, apresentam raros exemplares ainda com algumas importantes caraterísticas dos auroques.

A Maronesa, muito provavelmente é a raça que tem maior semelhança física em relação ao seu antepassado: a nível da pelagem, das proporções corporais, da forma e estrutura dos chifres, do dimorfismo sexual e até a nível comportamental. Adicionalmente e em trabalho de campo realizado na região do Alvão, verifiquei que raros exemplares chegavam mesmo a atingir as mesmas dimensões que são referidas para os auroques ibéricos e que os chifres podem atingir a mesma espessura, direção e comprimento, mesmo num touro com pouco mais de 3 anos.

Contudo a raridade deste animais é assustadora e é necessário «cozinhar» dezenas de segredos sobre o aspeto físico dos auroques, para nos apercebermos que os animais que estão próximos do auroque, são realmente bastante raros.Hoje em dia, estamos a testemunhar um desaparecimento quase total das raças nativas, muitas vezes primitivas e com grande semelhança ao Auroque. Começou com a Revolução Industrial, que também marginalizou as nossas raças nativas, pois o trabalho nos campos passou a ser mecanizado e algumas raças mais destinadas ao poder de tração, viram-se assim sem funções (pois não podiam competir na produção de leite e carne com outras raças estrangeiras e mais domesticadas, como a Turina, que começava a ganhar expressão no início do século XX) e assim a sua produção foi abandonada em larga escala. Tal assumiu proporções mais graves, quando mesmo dentro destas raças, apenas poucos animais estão realmente relacionados com os originais.

Contudo acredito que parece óbvio que existem variadas aplicações práticas, que podem tornar a criação de gado autótone primitivo completamente viável:

1 - Produção de carne biológica e exclusiva.
2 - Produção de gado, com maior capacidade de adaptação e de sobrevivência, seja contra adversidades climáticas, predadoras, epidemias, ou escassez de alimento.
3 - Um dos grandes trunfos dos ecótipos primitivos, é o de conseguirem fazer um aproveitamento alimentar, em zonas consideradas de pouco interesse para pastoreio.
4 - Conservação de património único e de extrema raridade, a nível mundial.
5 - O gado primitivo, tem um papel importante, na prevenção de fogos florestais e no enriquecimento estrutural e ecológico dos ecossistemas.

Espera-se que as futuras gerações acreditem que ainda é possível reconstruir uma boa parte do misticismo dos auroques e que apoiem iniciativas sérias como a do TaurOs Programme, que visam, a identificação e a conservação destes tão fascinantes como importantes animais. As linhagens mais primitivas de algumas das nossas raças nativas devem merecer tanta atenção conservacionista, como um lince-ibérico ou um panda.

E Portugal está em posição única de fazer toda a diferença.

CRAS DE MONTEJUNTO

Alexandra Azevedo
Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto

Bolachas de bolota e a peça de teatro "Planeta das EcoEstórias" na participação do CRASM na Festas das Adiafas 2012
O Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto - CRASM, esteve presente na Festa das Adiafas e Festival Nacional do Vinho Leve 2012, que decorreu no Cadaval de 13 a 21 de Outubro, com um stand de divulgação onde foram confecionadas, ao vivo, bolachas de bolotas e de canela.
Esta foi uma forma agradável de atrair as atenções para o nosso projeto, para as qualidades nutricionais e gustativas da bolota - o fruto de todas as árvores do género Quercus, como o sobreiro, a azinheira e os carvalhos, e para a necessidade de conhecer e preservar as nossas árvores nativas. Foi muito gratificante ver as expressões de admiração das pessoas ao afirmarem que vão estar mais atentas para encontrar estas árvores e a pedirem a receita...
A nosso convite, o grupo de teatro de marionetas "Valdevinos", apresentou a peça "Planeta das EcoEstórias", na tarde de domingo, dia 21. A atriz, Susana Gaspar (que tinha apadrinhado e libertado uma Coruja das Torres) personificou uma bióloga, Bia, que conta histórias sobre a Biodiversidade, o seu objeto de estudo.
Numa mala, foram retratados vários ecossistemas do nosso planeta e, para cada um, surgiram estórias, os animais "ganharam" vida, e o público foi convidado a participar! Árvores, uma Coruja-das-Torres, um Morcego, um Lince Ibérico, um coral, uma abelha, todos querem falar e... não estão sozinhos! Esta mala-planeta fala por si - vem recheada de páginas... No final foi lançado o desafio de sermos verdadeiros defensores do Planeta.
Com um texto elaborado com cuidado rigor científico, procura-se fazer chegar informações, algo complexas, de uma forma simples e objetiva, ao público de todas as idades! Sim, porque independentemente da idade todas pessoas apreciaram o espetáculo!

CRASM dinamiza eco-tasquinha - Festa de Outono da área de Paisagem Protegida do Estuário do Sado
Com o apoio de voluntários do núcleo de Setúbal o CRASM dinamizou o espaço da cantina na Herdade da Mourisca, integrada na área de Paisagem Protegida do Estuário do Sado, que acolheu no dia 11 de Novembro a 5ª edição da Festa de Outono. Da ementa destacamos a sopa de urtigas e eco-combinados que incluíam pão de lêveda natural, pão de bolota, trança de alecrim, maionese de linhaça, pasta de azeitonas, migas verdes, bifinhos de arroz, cenoura ralada e consoante o tipo de eco-combinado, isto é, de carne, peixe ou vegetariano, incluía ainda bifinhos marinados e linguiça salteada, filetes de carapau de escabeche ou tortilha de legumes, respectivamente. Foi com agrado que registámos as felicitações pela comida servida!

Ação de Formação para voluntários e militares do SEPNA/GNR
Realizou-se no dia 18 de Novembro, domingo, uma ação de formação para voluntários e que também acolheu a participação de militares do SEPNA – Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente dos 3 núcleo dos quais mais animais recebemos, Alenquer, Caldas da Rainha e Torres Vedras. Regularmente o CRASM realiza este tipo de ações aos seus voluntários, o que constitui uma mais-valia ao seu trabalho. Esta decorreu durante todo o dia, com um almoço partilhado e devido ao interesse manifestado pelos militares e pela falta deste tipo de ações por parte das entidades competentes dedicámos o período da tarde também à sua participação.
No final os militares manifestaram o seu agrado pela formação e, para sua surpresa, puderam ainda degustar umas bolachas de bolota acompanhadas de chá!

Planeta Ecoestorias

Alexandra Azevedo

Confeccionando as bolachas de bolota

CERAS

Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco

Salva a Terra 2013 - Eco Festival de Música pelo CERAS
Salva a Terra - Eco Festival de Música pelo CERAS coorganizado pela Quercus - núcleo de Castelo Branco e pelo projecto musical Velha Gaiteira. O Eco Festival é um festival bianual que vai na 3 edição e acontecerá de 7 a 10 de Junho 2013, em Salvaterra do Extremo, aldeia do concelho de Idanha-a-Nova, dentro do Parque Natural do Tejo Internacional.

Missão do Salva a Terra
O Salva a Terra é Eco Festival, que tem como principal objectivo a angariação de fundos para o CERAS-Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens. As receitas obtidas revertem a 100% para o CERAS. O Ceras funciona exclusivamente com trabalho voluntário desde 1998 e já recebeu mais de 1700 animais selvagens, contando com uma taxa de recuperação positiva de 60% de animais devolvidos à natureza.

O que nos diferencia dos restantes festivais
O Salva a Terra é um Eco Festival 100% "Pro-Bono", no qual toda a organização, artistas, formadores, guias, e restante equipa trabalham de forma voluntária em prol da preservação de algo que é de todos nós: a biodiversidade. São também objectivos do festival Envolver todos os participantes no objectivo da realização do "Salva a Terra", dando a conhecer o Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens, o seu funcionamento e a razão da necessidade de participar activamente na conservação de fauna selvagem; Divulgar a música desenvolvida em Portugal e no mundo ao nível de fusões, descobertas, confluências e reuniões de vários géneros musicais como: jazz, folk, blues, fusão, tradicional e fanfarra. Implicar os participantes (músicos e público) de forma activa na conservação da Natureza, fomentando o espírito participativo como única forma de verdadeiramente conhecer e compreender o meio natural, amá-lo e defendê-lo; Dar a conhecer o património natural desta região assim como as suas tradições e costumes, reavivar Salvaterra do Extremo envolvendo os participantes no quotidiano da aldeia, alertando para as problemáticas do despovoamento associadas à desertificação e perda da biodiversidade.Promover a partilha de ideias e experiências.Fomentar o trabalho de grupo, favorecendo a cooperação e integração dentro da comunidade onde se vai desenvolver o festival.

Mais informação em:
http://www.salvaterra.pt
https://www.facebook.com/Salva.a.Terra?ref=hl

Libertação Grifos com acção de educacação ambiental

Samuel Infante

Libertação Grifo

Ao fim de 14 anos o CERAS é reconhecido pelo Estado
O CERAS -Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens funciona exclusivamente com trabalho voluntário desde 1998 e já recebeu mais de 1700 animais selvagens, contando com uma taxa de recuperação positiva de 60% de animais devolvidos à natureza. O CERAS tem as suas instalações na Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESA). Atualmente é gerido pelo núcleo regional de Castelo Branco da Quercus e conta com o apoio da ESA, de particulares e de diversos mecenas da região. O principal objetivo deste projeto é recuperar animais selvagens debilitados, devolvendo-os posteriormente ao meio natural. Paralelamente desenvolvem-se outras atividades, maioritariamente relacionadas com a Conservação da Natureza e que não interferem com o processo de recuperação dos animais, como ações de formação e de educação ambiental e estudos nas áreas da biologia e veterinária. Desde a sua fundação em 1998 que a Quercus procurou cumprir a legislação e obter o devido licenciamento. Só recentemente em 2009, o estado português produziu legislação específica que enquadrasse a atividade dos centros de recuperação de fauna selvagem. Através da portaria nº1112/2009 veio legislar-se o correto funcionamento dos centros, até aqui regulados pela lei dos jardins zoológicos!
No passado mês de Outubro a Quercus recebeu finalmente do ICNF-Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas- o registo do CERAS como estando reconhecido pelo estado português e integrando a rede nacional de centros de recuperação de fauna. Estamos todos de parabéns pelo reconhecimento, um especial agradecimento a todos os que colaboraram e colaboram no CERAS! Bem Haja! **Samuel Infante**

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Elsa Oliveira

Biocontroladores

Controlo de mimosas

Oficina de Biocontroladores
O núcleo de Braga realizou uma Oficina de Biocontroladores, no dia 13 de Outubro, na Quinta Pedagógica de Real. Esta acção formativa teve como grande objectivo fornecer conhecimentos relevantes sobre a utilização de extractos de plantas e de outras técnicas alternativas ao controle químico, na minimização de pragas e doenças das plantas. Durante a sessão teórica, para além da transmissão de conhecimentos, houve ainda a oportunidade de saborear uma deliciosa infusão de lúcia-lima. Na sessão prática os formandos foram divididos em 3 grupos e prepararam uma infusão de hortelã-pimenta e duas fermentações de salva e consolda. Estas últimas actividades incluíram o corte e a pesagem das plantas, a análise do pH da água, e por fim, a introdução do material vegetal na água. Ao longo da oficina, foi possível observar o interesse dos catorze formandos, tendo como resultado uma avaliação bastante positiva. **Joana Quintas**

Oficina de Frutos do Bosque
Decorreu a Oficina de Frutos do Bosque, dia 20 de Outubro, na Quinta Pedagógica de Real, em Braga. Esta contou com a participação de dezassete pessoas, além do formador, Eng. José Pedro Fernandes. A oficina decorreu entre componente teórica e prática, sendo que teve como objectivo transmitir os principais conceitos sobre os diversos frutos do bosque (mirtilo, framboesa, amora, uva-crispim, groselha, etc.) e quais os seus cuidados. A componente prática focou, levemente, o tipo de poda que pode ser feita às plantas e as suas formas de propagação. A temática despertou interesse e motivação dos participantes, obtendo excelente avaliação por parte dos formandos. **Elsa Oliveira**

Oficina de Sementes
Realizou-se dia 27 de Outubro de 2012, uma Oficina de Sementes na Quinta Pedagógica de Real, em Braga. As motivações que moveram os voluntários para a abordagem deste tema prendem-se com os factos associados à perda de biodiversidade da nossa paisagem e da nossa alimentação devido à enorme erosão de sementes de variedades regionais. Pretendeu-se consciencializar os formandos para a importância das variedades regionais, melhores cuidados na sua colheita e conservação e ainda permitir alguma prática de sementeira. O programa integrou uma componente teórica, onde foram abordados os conteúdos relacionados com a importância da preservação das variedades regionais, a erosão dessas variedades, a importância da preservação das variedades regionais versus sementes transgénicas e o uso de sementes regionais em agricultura biológica. Houve um espaço para a operacionalização prática de algumas actividades nomeadamente, as formas de recolha de sementes, armazenamento e conservação. Estiveram presentes 20 formandos. **Custódia Gonçalves**

Visita à Mina de Tibães
Decorreu no dia 10 de Novembro uma visita à Minas do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, em Braga, com 3 técnicos do ISEP (Instituto Superior de Engenharia do Porto), uma técnica do Mosteiro e 12 participantes. Assim, munidos de lanternas e de botas, penetraram nas misteriosas minas que servem de água os terrenos do Mosteiro, e que, além do interesse geológico evidente, também mostraram interesse faunístico e histórico. **Ana Cristina Costa**

Oficina de Reutilização e Reciclagem de Resíduos: papel
Teve lugar na Videoteca do Parque de S. João da Ponte, em Braga, no dia 17 de Novembro, uma oficina de reutilização de papel, sendo, portanto elaborado papel maché. Em simultâneo decorria uma oficina sobre vermicompostagem, da responsabilidade do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal de Braga, o que dividiu os participantes. Assim, na sua grande maioria, os adultos deram atenção à vermicompostagem e as crianças à elaboração de um boneco de neve em papel maché, visando a decoração natalícia. **Elsa Oliveira**

Transplante de Floresta Autóctone
Apesar do mau tempo que se anunciava para a tarde de 17 de Novembro, os sócios do Núcleo de Braga e os colaboradores da empresa Naturhouse/Nornatural, apresentaram-se no Bom Jesus à hora marcada. Fizeram o transplante de 15 carvalhos (um por cada pessoa presente) e, enquanto aguardavam que os Hotéis do Bom Jesus assassem as castanhas - com as quais iriam festejar o dia de S. Martinho atrasado e o Dia da Floresta Autóctone antecipado - foram ainda arrancar mimosas já que, além do convívio e da celebração do Dia da Floresta Autóctone, a iniciativa integrava-se no Projecto de Sensibilização para o Controlo de Mimosas, que está a ser levado a cabo há já 3 anos, na Confraria do Bom Jesus. Os resultados têm sido animadores, apesar de todos terem consciência que será um trabalho para vários anos, dada a quantidade de sementes presentes no chão, isto porque temos visto as mimosas secarem de pé, de um ano para o outro, sendo cada vez mais o arranque de mimosas que entretanto resultam de sementes que germinam e menos o descasque de árvores crescidas. **Ana Cristina Costa**

Propagação de PAM
No dia 24 de Novembro, como forma de celebrar o Dia da Floresta Autóctone, o Núcleo de Braga realizou, na Quinta Pedagógica de Real, a propagação de plantas aromáticas e medicinais que mais tarde irá vender no mercado de Braga Romana, no final de Maio. Assim, 8 sócios, durante duas horas, prepararam dezenas de vasos reutilizados, cedidos por diversas pessoas, usando vermicomposto produzido no apartamento de uma delas e a terra da própria quinta, sendo as estacas oferecidas por uma IPSS com quem temos uma parceria; aumentando deste modo, ao máximo, a margem de lucro da associação. **Ana Cristina Costa**

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

Econatal nas escolas
O núcleo do Porto da Quercus, deslocou-se, no passado dia 4 de Dezembro ao Jardim de Infância da Maia para junto dos cerca de 80 alunos desenvolver uma oficina de reciclagem. Uma vez que estávamos na época natalícia, desafiámos todos os presentes a fazerem a decoração para a árvore de natal da escola. A ideia agradou e deitaram "mãos à obra". No final, restaram sorrisos de felicidade e uma bela árvore de Natal.

Feira de agricultura, alimentação biológica e ambiente
Atraiu centenas de pessoas ao Palácio de Cristal de 30 de Novembro a 2 de Dezembro. A convite da Agrobio a Quercus participou em mais um registo de sensibilização para práticas ambientais mais sustentáveis. Entre jogos, pinturas e inspiração de ideias para a Árvore dos Desejos, muitos foram os que passaram pelo stand e colocaram dúvidas, partilharam curiosidades e conheceram várias iniciativas que a Quercus desenvolve em várias partes do país. Junto dos mais novos cultivou-se a vontade de preservar o meio ambiente. ''Terra Sã'' atraiu curiosos, iniciantes e experientes da agricultura e alimentação biológica, amantes da natureza, entre outros. Em tempos de crise esta feira ofereceu excelentes alternativas económicas e sustentáveis para contornar as dificuldades actuais e viver de forma saudável.

A ''Brigada do Ambiente'' invadiu o Arrábida Shopping
No fim-de-semana de 24 e 25 de Novembro o Arrábida Shopping, em parceria com a Quercus, abriu portas a uma campanha de sensibilização acerca do tema ''Pegada Ecológica''. Através desta iniciativa, a Quercus realizou questionários para calcular a pegada ecológica da população, um índice que permite estimar quantos planetas são necessários para sustentar o nosso estilo de vida actual. Numa época em que o consumismo aumenta e aliado a ele aumenta o impacto dos hábitos quotidianos de utilização dos recursos o objectivo passou também por apresentar soluções para reduzir a pegada ecológica e poupança económica de cada cidadão, demonstrando que há uma relação directa entre as suas escolhas diárias e a sustentabilidade do planeta. Desta forma, a Quercus e o Arrábida Shopping alertaram toda a população para a época natalícia, assumindo um compromisso colectivo com a preservação do meio ambiente.

CRAS DE SANTO ANDRÉ

Anabela Rodrigues
Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André

Alunos do ISPA visitam o CRASSA
O Prof. Dr. Paulo Catry e alguns dos seus alunos no ISPA visitaram este Centro de Recuperação de Animais Selvagens. Os visitantes foram recebidos pelo responsável do CRASSA, Dário Cardador, que após conduzir os visitantes até ao auditório deu algumas informações sobre a criação do Centro de Recuperação, contando as histórias de vida de alguns animais que por ali passaram.
Seguiu-se uma breve visita pelas instalações, tendo os alunos a oportunidade de ver alguns animais irrecuperáveis que ainda se encontram no Centro a aguardar que o ICNF encontre um lugar para onde possam ser transferidos.
De seguida assistiram à anilhagem de alguns animais que estavam prontos para serem libertados, sendo o Dr. Paulo Catry, convidado a fazer essas libertações.
As aves libertadas foram um milhafre-preto, uma coruja-do-mato e um peneireiro-comum, que voaram em liberdade.

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

Comemorção do Dia da Floresta Autóctone
Como já vem sendo habitual de anos anteriores, o Núcleo do Ribatejo e Estremadura comemorou no passado dia 23 de Novembro, o Dia da Floresta Autóctone.
A iniciativa decorreu na Mata Municipal de Ourém e contou com a participação de mais de meia centena de crianças das escolas do Concelho. Com recurso a várias actividades as crianças foram sendo sensibilizadas para a conservação da floresta nativa reforçando o seu papel enquanto espécies menos susceptíveis a incêndios e melhor adaptadas às condições edafoclimáticas quando comparadas com as espécies exóticas.
No período da manhã, as crianças do ensino pré-escolar e do 1º Ciclo contactaram com alguns exemplos de espécies autóctones como o carvalho português, o sobreiro, o alecrim e o rosmaninho, tendo depois a oportunidade de participar na realização de um painel alusivo à data e diversas coroas de natal com recurso à colagem de materiais dessas espécies (folhas, bolotas, bugalhos e bagas).
Foi já durante a tarde que os alunos do 2º Ciclo procederam à plantação de arbustos autóctones (tomilho, alecrim, e rosmaninho), num terreno adjacente às instalações do Núcleo, e à colocação de novas caixas ninho e limpeza de outras já existentes.

NÚCLEO DE VILA REAL E VISEU

Núcleo Regional de Vila Real e Viseu da Quercus

Feira de artesanato e gastronomia do distrito de Vila Real
No fim-de-semana de 30 a 2 de Dezembro de 2012, o Núcleo da Quercus de Vila Real e Viseu participou na 15 ª edição da FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia do Distrito de Vila Real. Fomos 1 num total de 80 participantes que montaram stand nesta 15ª edição da feira, que teve mais de 14 mil visitantes.
Além do artesanato e da gastronomia, estavam também representadas associações humanitárias e associações ligadas ao desenvolvimento social e rural.
A nossa participação na feira teve como principal objectivo o de divulgar o núcleo, a QUERCUS e as actividades que temos vindo a desenvolver ao longo do ano. Ao mesmo tempo fomos contactados por pessoas interessadas em conhecer as actividades desenvolvidas a nível regional e nacional. Todos os contactos foram adicionados à lista de amigos do núcleo e, quem sabe, serão futuros sócios.
É claro que, além da divulgação, pretendíamos vender alguns produtos da loja Quercus e do núcleo de forma a rentabilizar o custo da inscrição na FAG. Apresentamos livros de carácter ambiental, guias da natureza, posters, variados ninhos, sementes, plantas autóctones e rifas para vender. As vendas não foram lucrativas, mas conseguimos realizar o suficiente para pagar o *stand*. O resultado da participação foi muito positivo, principalmente pelo contacto próximo com os visitantes da feira e por verificarmos que há bastantes pessoas interessadas e curiosas nas actividades da QUERCUS.

NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional de Guarda da Quercus

Começando por fazer o apanhado do que foram os últimos 2 ou 3 meses do Núcleo Regional da Guarda da Quercus ANCN.

Workshop de cozinha vegetariana 20 e 27 de outubro - Quinta da Maunça
No âmbito da Semana da Alimentação, o Núcleo Regional da Guarda da Quercus ANCN organizou, nos dias 20 e 27 de outubro de 2012, um workshop de Cozinha Vegetariana. Com lugar na Quinta da Maunça, esta atividade contou com a presença de 25 pessoas nos dois dias que, desde o início, se mostraram bastante interessadas. Este workshop realizou-se com a colaboração da voluntária e amiga Paula Barbosa e foram confeccionados dois pratos diferentes, uma sopa, bolachas e uma sobremesa. Ao início da noite todos os participantes e colaboradores puderam usufruir de um jantar com todos os pratos elaborados ao longo da tarde.

Exposição sobre Desenvolvimento Sustentável e Alterações Climática
Celorico da Beira 22 de outubro a 2 de novembro
Estiveram expostas em Celorico da Beira duas exposições cedidas pela Agência Portuguesa do Ambiente. A exposição "Desenvolvimento sustentável" pretende informar a população pública em geral sobre os níveis de desenvolvimento atuais. Em contrapeso com um desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (conceito de desenvolvimento sustentável definido em 1987). Significa ainda possibilitar às pessoas, agora e no futuro, atingirem um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da Terra e preservando as espécies e os habitats naturais. A segunda exposição relativa às "Alterações climáticas" pretende alertar a população para a variação do clima numa escala global ao longo do tempo. Estas variações dizem fundamentalmente respeito a mudanças de temperatura, precipitação, nebulosidade e outros fenómenos climáticos.

Visita a Linhares da Beira e ao CERVAS em Gouveia
No passado dia 3 de novembro um grupo de dirigentes e voluntários do Núcleo Regional da Guarda juntaram-se para um sábado diferente. O dia começou cedo com uma visita a Linhares da Beira por convite de um habitante local onde visitamos a vasta biodiversidade daquele lugar. No período da tarde cumprimos um desejo de há muito tempo de dirigentes e voluntários – visitar o Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens (CERVAS). Tivemos uma apresentação do trabalho que este centro tem vindo a desenvolver nos últimos anos, das instalações e dos animais atualmente a cuidado. Referir que nos meses de verão foi por 2 vezes que a Quercus e o CERVAS estiveram ambos presentes em atividades permitindo assim reforçar ligações. Fica o alerta. Caso encontre animais selvagens feridos contacte de imediato o SEPNA (tlf. 808 200 520) ou o CERVAS (tlf. 962 714 492).

Sessão de esclarecimento
"Saiba o que vai mudar na liberalização da eletricidade a partir de 1 de janeiro de 2013"
Decorreu no passado dia 5 de dezembro no Auditório da Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço da Guarda uma sessão de esclarecimento sobre a liberalização da eletricidade. Efetivamente a partir de 1 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2015 todos os consumidores de eletricidade em Portugal Continental terão de optar por um operador de eletricidade a operar em mercado livre.
Deste modo os consumidores terão a oportunidade de conhecer e avaliar as diferentes ofertas dos comercializadores em mercado livre fazendo a escolha mais adequada ao seu perfil de consumo. Convém referir que durante o período de transição (2013 a 2015) a ERSE fixará trimestralmente tarifas transitórias como medida de alerta ao consumidor destas medidas.

Workshop "Reutilizar o Natal"
No dia 8 de dezembro realizou-se na Quinta da Maunça um workshop de reutilização criativa a partir de materiais muitas vezes considerados lixo. O tema escolhido foi o Natal. Ao longo das 5 horas os participantes responderam ao desafio colocado pela formadora e o resultado não podia ser melhor – inúmeros artefactos natalícios.

Ficam as atividades para os próximos meses.

Janeiro	Ação de formação do curso de Educador Ambiental (nível II)
	Curso de produção de cogumelos
	Curso de formação sobre agricultura
Fevereiro	Curso de fotografia digital (nível I) na Guarda | 20horas | 75€
	Assembleia-Geral do Núcleo | dia 23 de fevereiro
Março	Caminhada pela árvore

Fique atento ao blog do Núcleo em http://quercusnrguarda.blogspot.com sobre as novidades das atividades. Acompanhe também as novidades do núcleo no Facebook.
Neste momento o Núcleo não possui nenhum horário de atendimento fixo. Se pretender contactar o Núcleo ou agendar uma reunião pode fazê-lo através dos contactos em baixo.
Fique atento às novidades sobre a nova sede do Núcleo. Brevemente!.

Contactos do Núcleo
Tlm. 931 104 568
(rede da Vodafone)
E-mail guarda@quercus.pt

Núcleo Regional da Guarda
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Apartado 156
Município Guarda
6301-954 Guarda

SUPLEMENTO QUERCUS AMBIENTE

Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza

PROJECTO LIFE ECOTONE

GESTÃO DE HABITATS RIPÍCOLAS
PARA A CONSERVAÇÃO DE INVERTEBRADOS AMEAÇADOS

Trabalhos de caracterização e projectos técnicos concluídos

Neste momento encontram-se concluídos todos os trabalhos referentes às acções de caracterização, nomeadamente um relatório sobre as espécies e populações de odonatos inventariadas, um relatório sobre caracterização das populações de Salmo *trutta* e *Squalius torgalensis*, respectivamente, no rio Paiva e na ribeira do Torgal, um documento técnico sobre a situação das populações de náiades, um documento técnico de caracterização da flora e habitats e dois projectos técnicos de intervenção.

No que respeita à inventariação das populações de odonatos, trabalho efectuado pelo TAGIS – Centro de Conservação da Borboletas de Portugal, foram marcados de forma equidistante uma série de pontos de amostragem, de modo a cobrir a extensão da área de intervenção do projecto, sendo registadas as coordenadas geográficas, a temperatura ambiente e da água. A amostragem em cada curso de água teve periodicidade mensal e foi realizada de Abril a Setembro. Em cada ponto de amostragem foram inventariados adultos, larvas (último estádio de desenvolvimento) e exúvias.

Quanto à caracterização das populações de *Salmo trutta* e *Squalius torgalensis* efectuou-se a caracterização de habitat e a monitorização da ictiofauna nos rios Paiva e Mira, durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro de 2012. Os trabalhos realizados incidiram na caracterização de habitat baseada em parâmetros qualitativos tais como temperatura da água, composição fisíco-química, composição da galeria ripícola, proporção de cada tipo de habitat, e vegetação dominante e sub-dominante para cada ponto de amostragem.

A monitorização da fauna piscícola foi efectuada pelo Centro de Biociências do ISPA – Instituto Universitário, utilizando a técnica de pesca eléctrica e procedendo à identificação de cada espécime capturado até à espécie; medição e pesagem de exemplares cujo comprimento fosse superior a 40mm; densidade/abundância de cada espécie e esforço de captura.

O trabalho de avaliação da situação das populações de náiades foi efectuado pelo investigador Joaquim Reis, contratado para dar apoio ao projecto nesta componente do trabalho, bem como às acções de conservação *ex-situ*. Em relação ao Rio Paiva, o ponto de partida do projecto em curso residia nas estimativas segundo as quais a população de *Margaritifera margaritifera* contaria com cerca de 500 exemplares distribuídos por pouco mais de 10 Km de rio. Esta estimativa não se baseava em qualquer metodologia quantitativa, sendo apenas baseada nas capturas por unidade de esforço efectuadas nalgumas estações de amostragem. Um dos objectivos do projecto em curso passou por isso por determinar com rigor, com base em metodologias quantitativas, os efectivos populacionais e sua distribuição no rio. No que à ribeira do Torgal diz respeito, sabia-se muito pouco sobre a população de *Unio tumidiformis*, assumindo-se que fosse extremamente reduzida. No entanto, o facto de nunca ter sido alvo de estudos específicos impediu até ao momento a avaliação rigorosa do estado da mesma, sendo que um dos objectivos foi obter informação rigorosa sobre a distribuição e densidade da espécie neste rio.

Para a execução dos trabalhos de inventariação das populações de náiades foram adquiridos dois equipamentos de mergulho, uma garrafa de oxigénio, três batiscópios e foram efectuadas diversas deslocações aos locais de intervenção.

Nesta acção, um dos trabalhos imprescindíveis consistiu também na caracterização da vegetação vascular quer da ribeira do Torgal, em particular do troço que se estende desde cerca de 1600m a jusante da ponte do Sol Posto e até cerca de 3000m a montante da mesma ponte, quer no rio Paiva, no troço incluído no projecto LIFE+ Ecótono, que se estende ao longo de cerca 15000m para jusante de Castro Daire. Deste trabalho resultaram inventários rigorosos e algumas recomendações de intervenção que foram adicionadas aos projectos técnicos e ao plano operacional.

Por último, é de referir que foram elaborados os dois projectos técnicos de intervenção, tendo por base uma caracterização utilizando o método "River Habitat Survey" para avaliar a estrutura física dos troços dos cursos de água seleccionados, ao longo dos quais foram avaliadas as características do canal e da faixa riparia. Estes documentos, onde se incluem as propostas de bioengenharia, foram enviados para a APA para obtenção das autorizações necessárias às intervenções no âmbito do projecto.

Os relatórios que foram aqui sumariamente apresentados estarão disponíveis no sítio electrónico do projecto em: www.ecotone.pt

Posto Aquícola de Campelo alvo de recuperação

Perspectivando-se que o posto *aquícola* de Torno seja utilizado para realizar apenas as acções de reprodução de *Salmo trutta* para posterior repovoamento no rio Paiva, uma actividade recorrente no dia a dia deste posto, situação que ainda não está garantida por parte do ICNF, decidimos criar condições para que, para além da reprodução de *Unio tumidiformis* e de *Squalius torgalensis*, concentrássemos também os trabalhos de reprodução de *Margaritifera margaritifera* no posto aquícola de Campelo. Para isso houve que redireccionar todas as obras previstas para este equipamento, adequando-o para desempenhar funções não inicialmente previstas, nomeadamente:

- Dentro de 2 tanques de grandes dimensões foram construídos 5 novos tanques de dimensões mais reduzidas, ainda assim com capacidade superior a 103 destinados a *Salmo trutta* e a *Squalius torgalensis,*
- Adquiriu-se equipamento de refrigeração e bombas de circulação de água, para garantir o suporte de vida de *Salmo trutta* durante o estio, período em que a ribeira de Alge atinge temperaturas superiores a 180 C, e que poderá ser coincidente com a época de infestação da espécie *Salmo trutta* por *Margaritifera margaritifera*,
- Irão ser ainda instalados filtros de retenção para captura dos juvenis de *Margaritifera margaritifera* que se libertem do hospedeiro,
- Foi instalada tubagem para a adução de água e oxigenação nos novos tanques construídos, bem com instalado um novo compressor de turbina para oxigenação permanente,
- Para garantir o abastecimento de água durante o período do verão, foi instalado novo equipamento para captação e bombagem de água em pequeno açude existente junto às instalações,
- Foram efectuadas diversas alterações no interior do edifício de apoio, nomeadamente:
  - i) Instalação de bancadas de trabalho e instalação de canalização para abastecimento da infra-estrutura com água da rede pública inexistente até ao momento e respectivo acesso ao sistema público de águas residuais,
  - ii) Foi instalado um termoacumulador para fornecimento de água quente, indispensável para a manutenção da salubridade dos equipamentos e dos utensílios.

Para iniciar o programa de reprodução optámos por adquirir 125 juvenis de *Salmo trutta,* oriundas de cativeiro, pois estas já se alimentam sozinhas evitando assim perdas desnecessárias, e instaladas em 2 "*race-ways*" (60 numa e 65 noutra) em sistema aberto. Foram capturadas no rio Paiva em Setembro 12 fêmeas de *Margaritifera margaritifera* com gloquídios maduros, tendo as mesmas sido transportadas para Campelo. Foram colocadas 6 fêmeas em cada *"race-way"*, semi-enterradas em substrato arenoso, ao mesmo tempo que foram misturados os gloquídios libertados durante o transporte na água das *"race-ways"*. O sucesso da operação foi comprovado ao fim de 3 dias, sacrificando uma truta de cada *"race-way"* e observando as suas brânquias à lupa. Os gloquídios observados foram contados e comprovou-se que se encontravam enquistados. No que concerne a *Unio tumidiformis* a experiência de infestação efectuada não foi bem sucedida, pois não foram observados gloquídios fixos às brânquias. Esta ausência de sucesso estará eventualmente relacionada com o facto de se ter efectuado a infestação no final da época de reprodução da espécie - em Julho – numa altura em que os gloquídios poderão já não ser viáveis. No próximo ano a experiência será repetida mais cedo com número de bivalves superior ao utilizado, sendo expectável a obtenção de resultados positivos.

Visita a Banyoles e apoio científico

Os elementos do projecto participaram num "*Workshop – Laboratorio de cría de náyades en el Lago de Banyoles*", onde puderam trocar experiências com outros técnicos relativamente à reprodução de náiades e visitar um centro de reprodução de lagostim-de-patas-brancas. A participação neste intercâmbio permitiu também garantir o apoio de Rafael Araújo, um reputado especialista em malacologia, conservador das colecções malacológicas do Museo Nacional de Ciências Naturales de Madrid, o qual já visitou o posto aquicola de Campelo e efectuou algumas recomendações importantes para o sucesso do projecto.

Chegada Margaritifera magaritifera

Obras no Posto Aquícola Campelo

Visita a Banyoles

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótono

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótono

PROJECTO HABITATS CONSERVATION

HABITATS NATURAIS E SEMI-NATURAIS DA SERRA DE AIRE E CANDEEIROS

LIFE+ LIFE09 NAT/PT/000040 HABITATS CONSERVATION
Co-financiado pelo programa LIFE+ da União Europeia

Está a decorrer desde o início de 2011 o projecto Life+ LIFE09 NAT/PT/000040 "Habitats Conservation", cujo objectivo central consiste em conservar quatro habitats prioritários [(6110) *Prados rupícolas calcários ou basófilos da *Alysso-Sedion albi*, (6210) prados secos seminaturais e facies arbustivas em substrato calcário (*Festuco-Brometalia*) (*importantes habitats de orquídeas), (6220) *Subestepes de gramíneas *Thero-Brachypodietea* e (8240) *Lajes calcárias], o qual está a ser dinamizado no Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 PTCON0015 "Serras de Aire e Candeeiros".

Com este projecto pretendemos demonstrar que é possível conservar e até ampliar a área destes habitats revitalizando actividades tradicionais como o pastoreio de percurso e associando-o a outras actividades económicas tradicionais como a colheita sustentável e a comercialização de plantas aromáticas, medicinais e condimentares. O desenvolvimento destas actividades económicas com recurso ao uso sustentável dos recursos naturais é fundamental para garantir suporte económico para a continuação das acções de conservação a longo prazo.

A área de intervenção do projecto corresponde a uma área de 1000 hectares de baldio na Serra de Aire (400ha na freguesia de Fátima, concelho de Ourém e 600 na freguesia de Pedrogão, concelho de Torres Novas). Para este efeito foram entretanto celebrados contratos de custódia com as entidades gestoras dos terrenos (as Juntas de Freguesias de Fátima e de Pedrógão).

Numa primeira fase, foram efectuados estudos de caracterização da situação de referência, recorrendo à elaboração de uma cartografia, o mais pormenorizada possível, dos habitats e das espécies com vista a identificar as áreas mais relevantes, mais sensíveis e prioritárias ao nível da intervenção. No seguimento destes estudos preliminares, foi elaborado um plano operacional para a implementação do projecto.

As acções de gestão activa dos habitats estão a ser realizadas de forma faseada, através do controlo da vegetação sub-arbustiva e arbustiva nas áreas onde se verifique a ausência dos factores naturais de perturbação que travem a progressão sucessional, a qual conduz em geral ao desenvolvimento de carrascais que impedem a existência dos habitats e das espécies alvo de conservação.

Numa primeira fase, em áreas de maior desenvolvimento da vegetação, está em curso o controlo selectivo da vegetação herbácea e arbustiva em cerca de 100 hectares, utilizando meios mecânicos, de modo a que posteriormente esse trabalho de manutenção possa ser efectuado através do recurso ao pastoreio extensivo com cabras de raça serrana (variedade ribatejana), adequando estas acções às necessidades de conservação dos valores em presença.

Neste sentido foram constituídos dois rebanhos com 400 cabras serranas (cerca de 200 em cada local de intervenção), um caprino autóctone, numa base tradicional e com condicionamento do encabeçamento. Esta actividade de pastoreio foi contratualizada com as Juntas de Freguesia de Fátima e Pedrógão, segundo um plano de acção sujeito a alterações sempre que a avaliação resultante da monitorização do estado de conservação e da eficácia das medidas de gestão anual dos habitats assim o exija. Estão em fase de legalização e licenciamento os dois estábulos que servirão de apoio aos animais, sendo este um processo burocrático bastante moroso, razão pelo qual foi necessário recorrer a estábulos provisórios onde os caprinos são neste momento alojados.

Sendo objectivo do projeto a produção de produtos de qualidade foi necessário proceder à instalação de 8ha de pastagem permanente para servirem de suplemento alimentar aos animais em épocas de maior carência nutricional da vegetação natural da serra. De modo a suprir também as necessidades em água no verão, e numa área de características cársicas com poucas zonas de acumulação de água, foram instalados 4 bebedouros em locais estratégicos e foram adquiridos 2 reboques cisternas para efectuar o transporte da água até esses locais. Os pastores contam ainda com duas moto 4 para apoio ao maneio do rebanho, transporte de cabritos cujo parto ocorra na serra ou para acudir a outra necessidade urgente numa área que é isolada e de acessos difíceis.

A monitorização é realizada pelo Centro de Biociências do ISPA – Instituto Universitário, a mesma entidade científica especializada que procedeu à inventariação da situação de referência, e acompanhada pela equipa do projecto. De forma a assegurar o mosaico de habitats, e a permitir condições adequadas à presença de algumas comunidades da fauna e da flora, o acesso do gado poderá ser condicionado de forma permanente ou sazonal, sempre que se verifique que o pastoreio constitui uma actividade desfavorável ou mesmo destrutiva, nas áreas de ocorrência das seguintes espécies do Anexo II da Directiva Habitats: *Arabis sadina, Coincya cintrana, Iberis procumbens subsp. microcarpa, Saxifraga cintrana, Narcissus calcicola, Silene longicilia,* entre outras. Estão também ser instalados 22 espaços vedados de 10x10m de forma a evitar o acesso dos caprinos e deste modo permitir avaliar melhor o efeito destes no controlo da sucessão da vegetação espontânea.

Em paralelo com a intervenção nos habitats, o projecto pretende incrementar a sustentabilidade económica das actividades com interesse para a conservação, valorizando e promovendo a certificação biológica de produtos como o cabrito, as plantas aromáticas medicinais e condimentares, e, numa fase posterior, o queijo.

Neste sentido realizámos um workshop sobre gestão de habitats com recurso a caprinos que decorreu em Julho de 2012 em Fátima e que contou com o apoio de técnicos do IPB – Instituto Politécnico de Bragança - onde participaram pessoas interessadas na valorização da actividade económica associada à exploração de caprinos. No que toca à valorização das plantas aromáticas, medicinais e condimentares, tem sido negociada a utilização dum secador de plantas que pode vir a ser utilizado por todos os que pretendam aderir a esta actividade, que se quer controlada e sustentada, razão pela qual foi também elaborado um código de ética. Realizou-se também uma acção de formação de 2 dias sobre colheita e valorização de plantas aromáticas medicinais e condimentares composta por uma componente teórica e sessão de campo o qual teve lugar em Junho de 2012.

O projecto tem constituído uma oportunidade de mostrar aos habitantes locais, cada vez mais arredados do contacto directo com a serra, os valores naturais mas também as potencialidades da exploração sustentada dos recursos naturais aí presentes. Com este fim foram instalados 4 painéis informativos em locais tradicionais de acesso à serra e junto às instalações das duas Juntas de Freguesia envolvidas. Foi também editado um poster que tem sido distribuído em acções de disseminação bem como uma brochura de 16 páginas.

Decorreu também uma acção de apresentação local do projecto aos autarcas de Ourém bem como a acção oficial de apresentação do projecto que coincidiu com o evento de comemoração dos 20 anos do projecto Life o qual teve lugar no dia 20 de Maio, domingo da Ascenção.

O projecto tem tido divulgação nos órgãos de comunicação social nacionais e regionais, seja em rádios, em jornais bem como num programa televisivo na RTP1. Foi criada uma página *web* em www.habitatsconservation.org .

Participámos na Azeit'Aire - II Feira do Azeite Novo de Pedrogão/ Torres Novas e no Festival do Almonda, em ambos os casos foi realizada a apresentação do projecto aos participantes em percursos pedestres, fazendo-o sempre na presença dos rebanhos nos seus trajectos de pastoreio. O projecto esteve ainda presente com um painel informativo num stand durante a última edição da Feira de Agricultura Biológica realizada no Porto.

Em paralelo com todas estas intervenções foi desenvolvido o programa educativo "Há vida na Serra", e divulgado junto das escolas da região, cuja mascote corresponde a um lirão, pequeno mamífero habitante da serra, com o qual serão desenvolvidas diversas acções de divulgação do projecto, com recurso a diferentes estratégias.

No âmbito deste programa as escolas inscritas irão durante o ano lectivo desenvolver um trabalho alusivo à serra de Aire e terão hipótese de apadrinhar um dos cabritos dos rebanhos associados ao projecto. Serão também dinamizadas pela equipa do projecto actividades em aula que constarão de contos, jogos e outras acções de sensibilização e informação adequadas ao nível etário dos alunos alvo.

Para apoio a estas actividades foi desenvolvido um guião pedagógico a ser distribuído nas escolas da região.

Todas estas acções visam alcançar o objectivo último do projecto ou seja a conservação da natureza, a revitalização de actividades económicas tradicionais e procurar estimular o espírito de pertença e de ligação das comunidades locais com o seu património natural, a biodiversidade e as suas tradições culturais. Dinamizado no Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 PTCON0015 "Serras de Aire e Candeeiros"

Ponto de água

Corte de mato

Rebanho de cabras serranas

SUPLEMENTO QUERCUS AMBIENTE

Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza

PROJECTO LIFE HIGRO

ACÇÕES DEMONSTRATIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DE *HABITATS* PRIORITÁRIOS DE MONTANHA NO NORTE DE PORTUGAL

LIFE09 NAT/PT/000043
Co-financiado pelo programa LIFE+ da União Europeia

Acções desenvolvidas, resultados e valores naturais identificados

Numa primeira fase efectuou-se um aturado levantamento de campo para identificar e cartografar cerca de 350 hectares, onde ocorrem os dois habitats prioritários a conservar e restaurar (cervunais e urzais-tojais higrófilos), distribuídos pelas Serras de Arga (92ha), Alvão (91ha) e Montemuro (167ha). Devido a dificuldades relacionadas com os direitos de propriedade de um terreno (60ha) e a duração dos contratos requerida no regulamento do programa LIFE (20 anos), as acções concretas estão a ser executadas em cerca de 161 hectares dos 200 inicialmente previstos, muito embora estejam a ser desenvolvidos esforços no sentido de alcançar essa área.

Para além da presença dos dois habitats, nos terrenos contratados destaca-se a ocorrência de diversos valores naturais alguns dos quais foram descobertos no âmbito do HIGRO.

- Sete espécies RELAPE (espécies Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção): *Genista berberidea* (arranha-lobos), *Genista micrantha, Gentiana pneumonanthe* (genciana-das-turfeiras), *Serratula tinctoria* subsp. *seoanei, Arnica montana L.* subsp. *atlantica* (arnica), *Narcissus bulbocodium* (campainhas-amarelas) e *Menyanthes trifoliata* (fava-de-água).
- Na Serra de Montemuro: a) uma nova população de fava-de-água para Portugal e única nessa Serra; b) uma nova população de *Erica ciliaris* (lameirinha) e outra população residual de *Erica tetralix* (urze-dos-brejos); c) duas novas populações de *Genista micrantha*; d) uma nova população de *Euphydryas aurinia* (espécie listada no Anexo B-II da Directiva Habitats); e) uma nova população de *Ceramica pisi* nessa Serra e primeira em Portugal.
- Uma população de *Genista anglica* (aliaga) na Serra do Alvão.
- Novas populações de *Phengaris alcon* (borboleta-azul-das-turfeiras) nas Serras de Arga e Montemuro, sendo a de Arga a mais ocidental actualmente conhecida e a de Montemuro bastante extensa. Na Serra do Alvão foi redescoberta uma população da espécie que se julgava extinta.
- Uma nova população de *Coenagrion mercuriale* (libelinha-de-mercúrio) na Serra de Arga, sendo a que ocorre a maior altitude em Portugal; a espécie está listada no Anexo B-II da Directiva *Habitats*.

Tendo por base no Plano Operacional, já ser efectuou o controle manual e mecânico de vegetação herbácea e arbustiva em cerca de 32ha, o restauro da hidrologia natural em aproximadamente 85ha, a instalação de cerca de 5Km de vedações e a promoção do pastoreio de percurso em mais de 80ha, através de contratos de prestação de serviços com pastores locais.

A nível da divulgação, refira-se a instalação de sete painéis informativos, a edição de um folheto e uma brochura, a organização de dois eventos com as comunidades locais (em Montemuro e Alvão) e a marcação de nove percursos interpretativos. Encontra-se em fase de elaboração/conclusão a instalação de doze leitores de paisagem e a edição de quatro folhetos de apoio aos percursos, bem como a produção de um documentário e de uma exposição interpretativa sobre gestão activa de espaços de montanha, acompanhada por um guião de exploração pedagógica. O sítio do Higro na Internet já recebeu mais de 11.200 visitas (cerca de 510 visitas/mês).

No que concerne ao funcionamento e monitorização global do projecto e monitorização, refira-se a realização de três reuniões da comissão de acompanhamento, duas reuniões da comissão consultiva e realizada a primeira campanha de monitorização na Serra de Montemuro.

Para mais informações visite o sítio do projecto em:
www.higro.org

Paulo Rocha Monteiro

Genista berberidea (arranha-lobos)

Paulo Rocha Monteiro

Serra de Montemuro

Gentiana pneumonanthe (genciana-das-turfeiras)

Paulo Rocha Monteiro

Promoção do pastoreio de percurso

Paulo Rocha Monteiro

Restauro da hidrologia natural através da construção de tabiques

Controle manual e mecânico de vegetação herbácea e arbustiva

Paulo Rocha Monteiro

Painel de divulgação e início de percurso (PR7)

Albano Soares

Euphydryas aurinia

Nardus stricta (cervum)

Paulo Rocha Monteiro

Instalação de vedações amovíveis

Brochura do projeto HIGRO

Erica tetralix (urze-dos-brejos)

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótono

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótono

PROJECTO LIFE
INOVAÇÃO CONTRA VENENOS

Samuel Infante

Libertação Grifos com acçãode educação ambiental

Contra o uso de Venenos!
Projeto de educação ambiental através do Teatro e o Movimento
De Janeiro a Junho, a Quercus e a Pé de Pano - Projectos Culturais realizam um conjunto de atividades de sensibilização ambiental junto das comunidades escolares de Idanha-a-Nova e Castelo Branco sobre a utilização errada de venenos por parte de agricultores, caçadores e pastores, como forma de afastar alguns animais considerados perigosos. Esta é uma prática ilegal que coloca em perigo espécies em risco de extinção, animais domésticos, assim como, a saúde pública.
Esta atividade é promovida no âmbito da ação D3 - divulgação de atividades para stakeholders e público em geral do projeto internacional Life- Inovação contra Envenenamentos, que esta a ser desenvolvido em Espanha, Grécia e Portugal, e que conta como o apoio do Município de Idanha-a-Nova. Esta atividade irá alcançar 4800 alunos e estará concluída em Junho de 2013.
A Pé de Pano concebeu, neste âmbito, um conjunto de atividades diferenciadas, tendo em contas as faixas etárias a partir do 1º ciclo, cruzando a educação ambiental, com o Teatro e o Movimento. Será desenvolvido o espetáculo de sombras e objetos ***Venenos, não!***, seguido de uma oficina de movimento e expressão dramática exploratória das temáticas mencionadas, destinados a crianças de 1º e 2º ciclo. Para o 3º ciclo e Ensino Secundário está prevista a realização de uma ***Oficina/Fórum***, que consiste na exploração das temáticas através do movimento e da expressão dramática. No final, os participantes devem realizar um debate defendendo os pontos de vista das várias partes nesta problemática. Pretendemos também que sejam capazes de sugerir soluções para o problema.
As atividades são gratuitas e a equipa desloca-se às escolas para as realizar.

Utilização ilegal de iscos envenenados
O uso ilegal de iscos envenenados é a principal causa de morte não natural para várias espécies em perigo de extinção a nível europeu, tais como a Águia imperial Ibérica, o Abutre Negro, o Quebra Ossos, entre outros, e é uma das causas principais de morte não natural para outras espécies em perigo como o Lobo ou o Urso.

ECOPEGADA .ORG

Pegada Ecológica

importante ferramenta na politica de ambiente das organizações.
Disponível on-line desde o início de 2012, o web site www.ecopegada.org é uma ferramenta de cálculo da pegada ecológica das organizações que possibilita avaliar os principais parâmetros de consumo das organizações, nomeadamente o consumo energético e produção de resíduos, assim como monitorizar a sua evolução ao longo do tempo, através de uma avaliação regular. A organização pode ainda obter sugestões sobre como reduzir a sua pegada e formas de a compensar, aderindo a um programa voluntário de investimento em capital natural nos inúmeros projectos de conservação que a Quercus está a implementar no terreno.
Desenvolvida pela Quercus, em colaboração com a Sage Portugal, esta é uma ferramenta on-line, de utilização gratuita, que permite às organizações efectuarem o cálculo da sua pegada, no âmbito das mais importantes categorias de consumo, de forma rápida e simples.

Os números comprovam a sua importância
Desde a sua implementação, o *web site* ecopegada.org tem vindo a ganhar relevo na sociedade, como atestam as mais de 20 000 visualizações feitas até ao momento pelos internautas. Actualmente, esta é uma ferramenta com mais de 2500 visitas mensais, com 84% das mesmas realizadas por novos visitantes. Em termos geográficos, este é um *web site* cujas visitas extravasam o território nacional. Cerca de 35% das visitas são de internautas nacionais, 48% de visitas distribuídas pelos diferentes países de expressão portuguesa, e 14% referentes a países cujo idioma é o inglês.
Avaliando a utilização da ferramenta no âmbito do cálculo dos impactos inerentes às organizações, constata-se que até à data 309 utilizadores efectuaram o registo na base de dados, sendo que cerca de 79% acederam à ferramenta diversas vezes. Este facto permite afirmar que existe um elevado grau de fidelização à ferramenta de cálculo, e como tal a mesma apresenta um crescendo de importância junto das organizações, nomeadamente na avaliação do impacto ambiental da sua actividade.

PROJECTO AARC
ATLANTIC AQUATIC RESOURCE CONSERVATIONS

AARC Finaliza com o seminário sobre peixes migradore
No passado dia 7 de Dezembro, no âmbito do projecto AARC – Atlântic Aquatic Resource Conservation, realizou-se em Viseu o seminário sobre peixes migradores, o qual contou com a presença de diversos especialistas com trabalho na área. Durante esta iniciativa que decorreu no Auditório da Escola Superior Tecnologia de Viseu foram apresentados alguns dos resultados do projecto, ao nível da caracterização das populações piscícolas e comunidades vegetais ripícolas da região do Dão, Lafões e Alto Paiva, assim como foi possível discutir a problemática associada à conservação de peixes diádromos, nomeadamente os factores de ameaças à manutenção do contínuo ecológico dos sistemas fluviais, medidas de minimização do impacto negativo dos obstáculos à migração, riscos ecológicos inerentes à introdução de espécies exóticas e instrumentos de gestão dos recursos hídricos na conservação das espécies.

O que é o AARC?
Este é um projecto desenvolvido por vários parceiros no Espaço Atlântico, cujo temas centrais do projecto dizem respeito à gestão integrada dos recursos hídricos, bem como à associação da protecção dos recursos a um desenvolvimento económico sustentável, aplicando um modelo de Pagamento dos Serviços dos Ecossistemas, de acordo com as recomendações do Millennium Ecosystem Assessment e da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (sigla em inglês IUCN).
A ADDLAP – é um dos parceiros europeus no projecto AARC - Atlantic Aquatic Resource Conservation, Conservação dos Recursos Aquáticos do Atlântico, o qual pretende conceber e aplicar estratégias de gestão integrada de recursos hídricos. A Quercus e a Escola Superior Agrária de Viseu/IPV colaboram na execução de algumas das acções previstas.
No âmbito das acções realizadas entre as quais se contam a caracterização das comunidades aquáticas, comunidades vegetais ripícolas da bacia do Vouga e das sub-bacias do Paiva e do Dão e constrangimentos existentes nos cursos de água, são de igual forma importantes as iniciativas de sensibilização junto das comunidades locais, em particular junto de alunos e professores das escolas da região através de um programa educativo centrado no rio e na diversidade biológica associada.

SUPLEMENTO QUERCUS AMBIENTE

Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza

NOVA LICENÇA PARA ENTIDADES GESTORAS DE EMBALAGENS

Rui Berkemeier
CIR centro de Informação de Resíduos

Uma oportunidade para o crescimento da reciclagem

O Ministério do Ambiente está a avaliar a renovação da licença da Sociedade Ponto Verde (SPV) e a proposta de uma nova entidade gestora de embalagens (Novo Verde) apresentada por empresas da Distribuição, sendo a altura de se fazer o balanço do que foi feito e perspetivar o que há a fazer para que este setor tenha um melhor desempenho ambiental.

As entidades gestoras de embalagens são responsáveis pela criação de condições para que as embalagens produzidas pelas empresas que aderem ao seu sistema tenham um destino ambientalmente correto quando chegam ao fim-de-vida, estando estabelecido que a reciclagem é um destino prioritário.

Um dos pontos a melhorar na gestão das embalagens é a transparência quanto à forma como as metas de reciclagem estão a ser obtidas, sendo para isso fundamental que existam metas diferenciadas para as embalagens de origem urbana e não urbana, sabendo-se que para o crescimento global da reciclagem é necessário um esforço especial na recolha das embalagens urbanas, o que só será concretizado com o estabelecimento de uma meta específica.

Quanto às metas em si, sabe-se que a SPV propõe para 2021 uma meta de reciclagem de 70% para as embalagens urbanas e também de 70% para as não urbanas. Estas metas, embora ambiciosas, são exequíveis, tendo em conta a maior sensibilização da população e das empresas para a separação dos recicláveis, os novos sistemas de recolha (como o porta-a-porta) e as novas tecnologias de triagem de embalagens, destacando-se nestas o Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) de resíduos urbanos.

Idalina Perestrelo

A.I.

Idalina Perestrelo

Caso o Ministério opte por licenciar mais do que uma entidade gestora, é fundamental que sejam garantidas condições de concorrência leal entre as entidades em função da respetiva quota de mercado.

Um dos aspetos a ter em conta é a equidade na receção das embalagens urbanas e das não urbanas, evitando-se assim que uma entidade se dedique mais às embalagens não urbanas, as mais fáceis de recolher, e abandone as urbanas.

Também deverá ser equitativa a receção de embalagens urbanas provenientes das diversas fontes, nomeadamente da recolha seletiva, do TMB e das escórias de incineração (metais).

Para concretização destes requisitos é fundamental que o Estado esteja preparado para auditar todo o sistema, de forma a saber com exatidão qual a quantidade de embalagens colocada no mercado pelas empresas e a correspondente quantidade que deve ser gerida por cada entidade.

Existem ainda questões por resolver quanto ao financiamento do sistema, como é o caso de muitas embalagens entregues aos consumidores, como os sacos de plástico, que continuam a não pagar ponto verde, sendo urgente legislar no sentido de imputar esse custo aos fabricantes de embalagens, na impossibilidade de se fiscalizar loja a loja.

Outra situação é a fuga ao pagamento de ponto verde que ocorre com muitas embalagens provenientes do mercado asiático, criando condições de concorrência desleal com as empresas portuguesas e de outros países.

A Quercus tem vindo a alertar o Ministério do Ambiente para ter em consideração todos estes aspetos e vai estar especialmente atenta à forma como vão ser emitidas as novas licenças para as entidades gestoras de embalagens.

Sara Campos
Ecocasa

NOVA DIRETIVA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Meta de 20% de Eficiência energética fica por alcança

A Nova Diretiva sobre Eficiência Energética entrou em vigor em dezembro de 2012 e resultou de um longo e demorado processo de negociações entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho, tendo este tentado até ao último momento enfraquecer esta legislação para que os Estados-Membros não ficassem obrigados a mais uma meta.

Esta Diretiva 2012/27/UE, de 25 de Outubro tem por objetivo a renovação anual de 3% da superfície total dos edifícios da administração central com sistemas de climatização; a imposição aos distribuidores de energia de uma "poupança de energia acumulada" mínima, que não poderá ser inferior a 1,5% das vendas anuais de energia a clientes finais entre 2014 e 2020; a obrigação das grandes empresas de submeterem-se, de quatro em quatro anos, a uma auditoria energética e o fornecimento de contadores individuais a preços competitivos aos consumidores finais de eletricidade, gás natural, sistemas urbanos de aquecimento e/ou arrefecimento e água quente para uso doméstico, que reflitam com exatidão o consumo de energia e o período real do mesmo.

Com estas medidas, a Comissão Europeia espera que seja alcançada a meta de 20% de eficiência energética no espaço europeu, equivalente a uma redução de 368 milhões de toneladas equivalente de petróleo (Mtep).

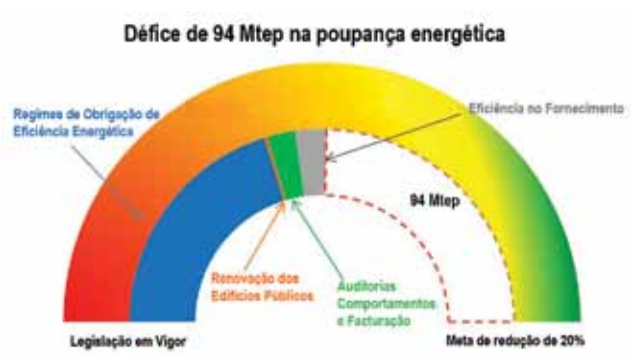
No entanto, nem tudo são rosas...

As organização não governamentais europeias (ONG) e a Coligação para a Poupança de Energia aplaudem esta Diretiva, considerando-a um avanço em relação à legislação existente em matéria de eficiência energética, que tem por objetivo reduzir 1% o consumo de energia primária nos estados-membros. Neste momento, as políticas de eficiência energética existentes asseguram apenas o cumprimento de metade da meta assumida em 2009 de aumento da eficiência energética na União Europeia de 20%. Mesmo com a aplicação desta nova Diretiva de Eficiência Energética, a distância para a meta não é de todo alcançada. Segundo a Coligação, a nova Diretiva apenas contribuirá para a diminuição do consumo de energia primária, ficando a faltar 94 Mtep para ser atingida a meta.

Infelizmente, o potencial desta Diretiva proposta pela Comissão foi-se perdendo ao longo da negociação entre as instâncias europeias. Mais ambiciosa ainda era a proposta das ONG e da Coligação, de acordo com a qual os distribuidores de energia têm mais margem de melhoria da eficiência; a obrigatoriedade da renovação deve ser alargada a todos os edifícios públicos e a informação ao consumidor deveria ser bastante melhorada.

Alcançar a meta dos 20% teria sido, na verdade, possível se os países da União Europeia tivessem revelado mais ambição e não deixassem as suas políticas nacionais serem reféns da atual crise económica.

Sara Campos



Portugal é o país europeu com menos emissões de CO_2 em veículos novos vendidos em 2011

De acordo com um estudo divulgado no início de dezembro pela Federação Europeia dos Transportes e Ambiente (T&E), que a Quercus integra, Portugal ocupa o primeiro lugar no ranking da frota de novos veículos ligeiros mais eficientes. Em 2011, os novos veículos ligeiros de passageiros no nosso país, emitiram em média 122,8gCO_2/km, seguindo-se Malta, com 124,5gCO_2/km e Dinamarca com 125gCO_2/km.

Como se explica este desempenho positivo de Portugal? Por duas razões: a nossa frota média é dominada por veículos mais pequenos (e, logo, menos poluentes) do que a média dos países da União Europeia e, por outro lado, a carga fiscal beneficia os veículos menos poluentes, com a componente de emissões de CO_2 a ser ponderada em 60% no Imposto sobre os Veículos (IA) e no Imposto Único de Circulação (IUC). Acresce a estes fatores certamente a conjuntura de crise económica que se traduziu em menos veículos ligeiros novos vendidos, destacando-se assim as vendas dos mais eficientes.

Outra conclusão é o facto dos fabricantes de automóveis europeus estarem a ter um melhor desempenho face à maioria dos seus concorrentes asiáticos (com exceção da japonesa Toyota) de modo a atingir a meta de redução das emissões para os novos veículos ligeiros de passageiros de 95 gCO2/km em 2020, definida pela legislação europeia. Na corrida para atingir esta meta, todos os fabricantes europeus (exceto a Daimler AG) estão entre os primeiros nove lugares com bom desempenho, enquanto cinco dos últimos seis fabricantes automóveis com pior desempenho são asiáticos.

Publicado anualmente desde 2006, este estudo da T&E avalia o progresso dos fabricantes europeus de automóveis no esforço de redução das emissões de CO_2 dos novos veículos ligeiros de passageiros por forma a atingir a meta para 2015 (130gCO_2/km) e, este ano pela primeira vez, também a meta para 2020 (95gCO_2/km).

O estudo está disponível para consulta em www.quercus.pt.

Sara Campos

CLIMATE CHANGE PERFORMANCE INDEX 2013

Portugal tem o 3º melhor desempenho climático entre 58 países industrializados

O Climate Change Performance Index (CCPI 2013), da responsabilidade da organização não governamental de ambiente GermanWatch e da Rede Europeia de Ação Climática, da qual a Quercus faz parte, é um instrumento inovador que traz maior transparência às políticas climáticas internacionais. Os resultados foram apresentados (como todos os anos) no decorrer da 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, decorrida em Doha, no mês de Dezembro.

Apesar de ter ficado posicionado em 6º lugar, uma vez que as três primeiras posições não foram atribuídas (por se considerar não haver por agora nenhum país merecedor do pódio no que respeita à proteção do clima), na prática Portugal é o 3º melhor país em termos de desempenho no âmbito das políticas na área das alterações climáticas.

Esta classificação compara o desempenho de 58 países que, no total, são responsáveis por mais de 90% das emissões de dióxido de carbono associadas à energia. O objetivo do índice é aumentar a pressão política e social, nomeadamente nos países que têm esquecido o trabalho nacional no que respeita às alterações climáticas.

Após sete anos, o CCPI2013 apresenta uma nova estrutura, considerando pela primeira vez as emissões associadas à desflorestação e também atribuindo uma ponderação diferente aos indicadores individuais considerados, com maior enfoque para a política nas áreas das energias renováveis e eficiência energética, por se considerar que estas são as principais vias para a mitigação das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

80% da avaliação encontra-se baseada em indicadores de emissões, de eficiência energética e de utilização de energias renováveis. Os restantes 20% baseiam-se na avaliação de mais de 230 peritos dos países analisados, tendo a Quercus intervindo neste critério.

Na opinião dos peritos, há uma insatisfação generalizada em relação às medidas tomadas por cada país para assegurarem à escala global um aumento de temperatura inferior a 2ºC, em relação à era pré-industrial.

Crise e renováveis põem Portugal à frente

Infelizmente, a posição cimeira que Portugal ocupa (o melhor lugar de sempre) deve-se não tanto a uma política energética sustentável, mas em grande parte à conjuntura económica que o país atravessa, motivando uma redução no uso de combustíveis fósseis. Mesmo assim, o investimento feito nos últimos anos em energias renováveis pesou também nesta classificação.

A completar os três melhores lugares juntamente com Portugal estão a Dinamarca e a Suécia. No fundo do ranking, figuram o Canadá, o Cazaquistão, o Irão e a Arábia Saudita, com os piores desempenhos.

Sara Campos

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

FUTURO ADIADO
NA COP18 EM DOHA

Quioto continua mas compromissos e ambição ficam longe do necessário

A 18ª Convenção Anual das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP18) decorreu no passado mês de dezembro, em Doha, capital do Qatar, contando com a participação de milhares de delegados representando governos, instituições mundiais, organizações não governamentais, empresas, universidades, entre outros.

O objetivo era complexo, quer do ponto de vista científico e técnico, quer acima de tudo político: assegurar que as próximas gerações não são penalizadas por aquecimento global da atmosfera resultante das emissões de gases com efeito de estufa feitas desde o início da era industrial, associadas principalmente à queima de combustíveis fósseis.

Do lado das organizações não governamentais de ambiente, estes eram os pontos essenciais para que Doha fosse um sucesso:

1. Acordar um aditamento de um segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto (PQ), ainda que aplicado a apenas parte dos países desenvolvidos –União Europeia, Noruega, Suíça, Austrália e Nova Zelândia- com um objetivo de redução de emissões de GEE entre os 25% e 45%, com base nos valores de 1990.

2. Os países desenvolvidos sem obrigações no âmbito do PQ deveriam demonstrar que conhecem as suas responsabilidades através da adoção de compromissos rigorosos e quantificáveis de redução de emissões de GEE, num esforço comparável e transparente em relação aos países com compromissos no âmbito do PQ.

3. Acordar um acordo em 2015 para um novo tratado sobre redução de emissões que abranja todos os países do mundo e possa entrar em vigor em 2020.

4. Os países em desenvolvimento deveriam registar as suas ações de mitigação, para além de assumirem reduções voluntárias, incluindo-se aqui o Qatar.

5. Os países desenvolvidos deveriam assumir um compromisso de financiamento público entre 2013-2015 para o Fundo Verde para o Clima.

No entanto, o que saiu de Doha foi a continuação de Quioto, mas apenas com a União Europeia e a Austrália a assumirem metas de redução de emissões até 2020.

No caminho para um novo acordo que abranja todos os países mundiais, ainda que com responsabilidades diferenciadas quer pela capacidade, quer pelo nível de desenvolvimento já atingido, apenas foi conseguido um calendário de reuniões para 2013.

Não terem sido fixados objetivos concretos e ambiciosos nesta COP revela que dificilmente será possível contrariar o aumento previsível de 4 graus Celsius em relação à era pré-industrial, demonstrado por vários estudos, já atualmente com consequências dramáticas para as populações e para o ambiente.

Na Conferência de Doha, os governos ficaram, pois, aquém das decisões necessárias para evitar o caminho para alterações climáticas catastróficas. O pacote de Doha desilude e trai o nosso futuro. Os elementos importantes para lidar com um clima em mudança ficam na gaveta, bastante longe do necessário. O egoísmo e a avaliação de curto prazo de cada um dos países e/ou grupos de países parece assim continuar a pôr em causa o desenvolvimento sustentável e o futuro das próximas gerações. **Sara Campos**

TOPTEN.PT
NOVA CATEGORIA

Projeto dá a conhecer as máquinas de café mais eficientes do mercado português

Depois dos "Televisores", em novembro, o Topten.pt lançou, em meados de dezembro, mais uma categoria de produtos, desta vez dedicada às máquinas de café, um equipamento cada vez mais generalizado e presente nas habitações dos portugueses, e com uma maior oferta no mercado. Os consumidores poderão, assim, conhecer quais os modelos de máquinas de café energeticamente mais eficientes do mercado nacional, podendo esta consulta ser feita em várias subcategorias, consoante se tratem de máquinas automáticas, manuais e de cápsulas.

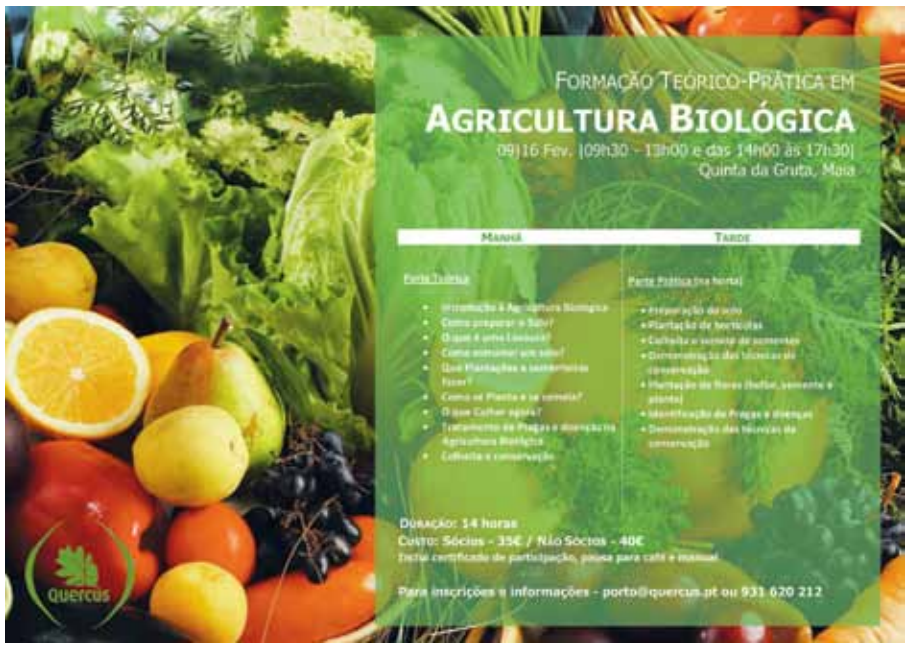
A escolha de uma máquina de café de elevada eficiência energética é um fator relevante se pensarmos que estes equipamentos, além de uma utilização regular, é muitas vezes deixado em modo de standby, consumindo mesmo sem estar a funcionar. Aliás, estima-se que este modo contribua, em conjunto com a função de manutenção da temperatura da água, para 75% do seu consumo de eletricidade.

Esta é uma das razões pelas quais são também apresentados conselhos relativos a esta e às demais categorias de produtos, por forma a sensibilizar os consumidores a prolongar a compra de um equipamento mais eficiente numa utilização e manutenção corretas. Tendo em conta que, ao longo da sua vida útil, a utilização destes equipamentos está geralmente associada à produção de resíduos (cápsulas, filtros, pastilhas), são também dados conselhos no que respeita ao correto encaminhamento dos mesmos.

O Topten.pt está inserido no Euro-Topten Max, um projeto europeu financiado pelo Intelligent Energy Europe, que reúne 21 parceiros de 18 países na tentativa de mostrar aos consumidores que estes têm um papel ativo no combate às alterações climáticas, através das escolhas que fazem no seu dia-a-dia em termos de impacto ambiental. Esta pretende ser também uma ferramenta de pressão junto dos fabricantes, para incentivar a uma melhoria contínua dos equipamentos fabricados.

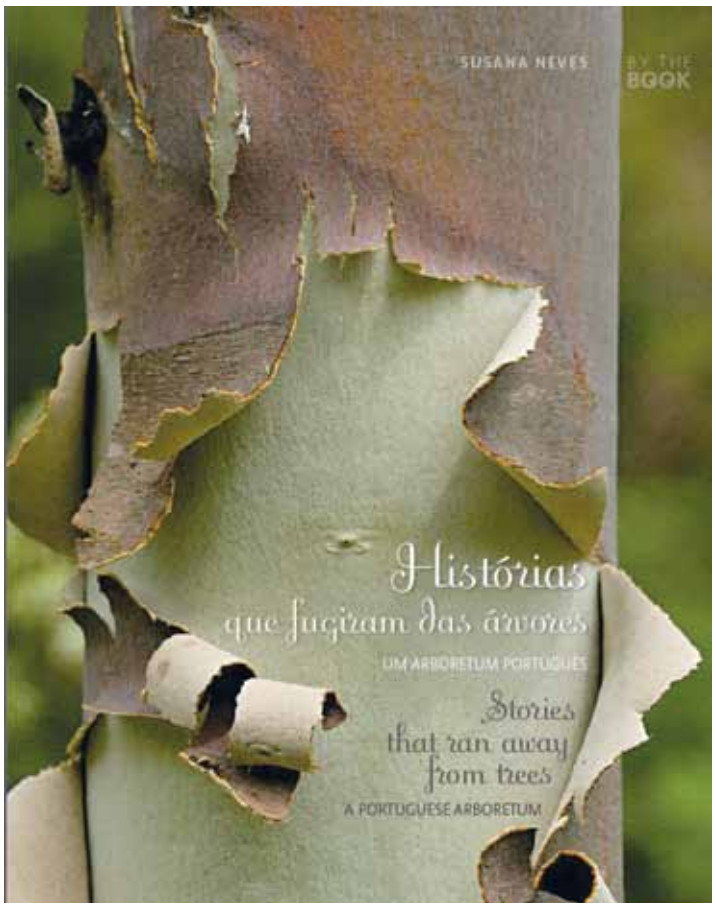
Em Portugal, o projeto é gerido pela Quercus e apoiado pela ADENE – Agência para a Energia, podendo ser consultado em www.topten.pt **Sara Campos**

NOVA LOJA ONLINE DA QUERCUS JÁ DISPONÍVEL!
quercus.pt/loja
Pesquisa...
Bem-vindo, Login
Carrinho de Compras: (vazio)
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
A LOJA
DESCONTOS
COMO COMPRAR
CONDIÇÕES DE VENDA
A MINHA CONTA
GLOSSÁRIO
CONTACTOS
www.quercus.pt
CATEGORIAS
ARTESANATO
BRINQUEDOS
CASA
COSMÉTICOS NATURAIS
LIMPEZA
LIVRARIA
MERCEARIA
T-SHIRTS
UTILITÁRIOS
Venha conhecer os nossos produtos e apoie o trabalho da Quercus.


FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA EM
AGRICULTURA BIOLÓGICA
09|16 Fev. |09h30 - 13h00 e das 14h00 às 17h30|
Quinta da Gruta, Maia
MANHÃ
TARDE
DURAÇÃO: 14 horas
CUSTO: Sócios - 35€ / Não Sócios - 40€
Para inscrições e informações - porto@quercus.pt ou 931 620 212

FORMAÇÃ
FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA EM
TÉCNICAS DE PROPAGAÇÃO VEGETATIVA
26| Jan 09h30 - 12h30 e das 14h00 às 17h00|
02| FEV 14h00 às 17h00| Quinta da Gruta, Maia
Conteúdos Programáticos
Introdução
Noções básicas de fisiologia de plantas
Técnicas e ferramentas utilizadas
Porta enxertos e compatibilidades
Estacaria
Alporque
Enxertia
Outras Técnicas
DURAÇÃO: 9 horas
PREÇO: Sócios - 30€ / Não Sócios - 35€
Para inscrições e informações - porto@quercus.pt ou 931 620 212

LIVROS



Histórias que fugiram das árvores
Um outro olhar sobre as árvores, através de histórias que as ligam a pessoas, datas, sítios e acontecimentos.
O livro "Histórias que fugiram das árvores – um arboretum português" é da autoria da jornalista e fotógrafa Susana Neves e conta-nos histórias de árvores que foram, ou são, personagens de acontecimentos quase perdidos no tempo. Desde a figueira e seu fruto, "proscrito pelos herbalistas medievais, entre eles, a temível Santa Hildegarda de Bingen que o considerava uma fruta quente desaconselhável às pessoas saudáveis por lhes estimular a soberba", até ao "«Chaparrinho da Cruz», que há 200 anos terá testemunhado o assassínio de um padre (por isso, cada vez que se tira a cortiça com um machado, fazem-se dois cortes para representar uma cruz)".

Pode encontrá-lo em **www.bythebook.pt**
P.V.P.: €35
Preço Editora: €30 + portes

CONSELHO AMBIENTAL

Reutilização de sacos nas compras de supermercado
O plástico é um derivado do petróleo. 8% do petróleo extraído em todo o mundo é para produzir plásticos. Uma parte destes produtos de plástico são sacos, em Portugal são cerca de 20 mil toneladas por ano. Os sacos são utilizados para transportar produtos vários, em particular quando vamos às compras.
Apesar dos sistemas de gestão de resíduos implementados, os sacos, por serem leves e facilmente transportados pelo vento, espalham-se pela natureza degradando as nossas paisagens, poluindo o solo e a água, e afectando a biodiversidade terrestre e marinha. Um saco de plástico no mar pode ser confundido facilmente com o alimento preferido de tartarugas e golfinhos, as alforrecas ou medusas, e ser ingerido. A ingestão de sacos de plástico por tartarugas e golfinhos pode provocar-lhes a morte.
Por isso, é importante diminuir a quantidade de sacos que todos os dias vão para o lixo e a maior forma de o fazer é reduzindo a sua utilização. Quando for ao supermercado, opte por sacos reutilizáveis, são práticos e protegem o ambiente. Quando tiver mesmo de utilizar os sacos de plástico, guarde-os para reutilizar no caixote do lixo ou nas compras.

Curso de Introdução ao Design em Permacultura

26 e 27 de Janeiro

A permacultura é um método holístico para planear, atualizar e manter sistemas de escala humana - jardins, vilas, aldeias e comunidades, ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis.

Com este curso pretende-se dar a conhecer todos os conceitos que envolvem a Permacultura e também dar ferramentas aos formandos para que eles próprios possam criar um design em Permacultura.

Terá uma componente prática.

Duração: 12h

Horário: Sábado e Domingo, 10h00/13h e 14h/17h

Preços: 37 euros p/ Sócios da Quercus e 46 euros p/ Não Sócios

Local: Maia

Inscrições/informações: 931 620 212 ou porto@quercus.pt

LINKS

http://www.ppa.pt _ Parceria Portuguesa para a Água (PPA)

http://portaldaagua.inag.pt _ Portal da Água

http://www.reserva-de-burros.com _ Reserva de Burros

O burro
As características do mundo rural português, com uma agricultura de baixa produtividade e propriedades pequenas, fizeram com que o burro se tornasse indispensável aos pequenos proprietários, utilizados para serviços de carga e transporte, nas tarefas do amanho das terras, assim como na produção de híbridos. A crescente mecanização da agricultura e o desenvolvimento dos transportes retiraram utilidade aos asininos. Por serem considerados o parente pobre dos equídeos, foram sendo esquecidos no que diz respeito a medidas de protecção e encontram-se, actualmente, em vias de extinção em muitos pontos do país, com especial destaque para a região Oeste.

O burro na região saloia e no concelho de Mafra
A chamada região Saloia, na zona Oeste, é desde há muito conhecida pelas suas características singulares. A figura do moleiro, a transportar a farinha no burro e da vendedeira montada no burrico, levando os seus produtos para vender na feira, são imagens que fizeram parte do quotidiano da região. Ainda hoje o burro é considerado como um dos símbolos desta Região, embora quase já não seja visto. Do tempo em que cada família possuía um burrico, já só restam memórias e dos poucos animais que ainda subsistem, o mais provável é que também estes acabem por desaparecer.

Associação Para a Preservação do Burro – Burricadas
A Associação para a Preservação do Burro – Burricadas é uma associação sem fins lucrativos, criada em Março de 2007, com o objectivo de proteger, preservar e divulgar o burro e os seus usos tradicionais, em particular na Região Saloia. Está sediada na freguesia da Igreja Nova, concelho de Mafra, onde se encontra o "Abrigo do Jumento".
O "Abrigo do Jumento" é um centro de acolhimento para burros velhos, abandonados e maltratados. A Burricadas pretende que esta estrutura possa vir a ter uma valência cultural em redor dos usos e tradições ligadas a este animal na região, através da criação de um pequeno museu temático, bem como uma valência pedagógica junto de grupos escolares. As actividades terapêuticas assistidas por burros, em especial para crianças com deficiência estão também nos planos para o futuro.
Para financiar a actividades da associação, assim como promover, proteger e divulgar o uso deste animal, a Burricadas desenvolve uma série de iniciativas, tais como:

1. **Visitas ao Abrigo**, dando a conhecer aos visitantes a temática do burro em Portugal e na região, maneio dos asininos e sensibilização para os maus tratos a que muitos destes animais são sujeitos. Estas visitas são realizadas para o público em geral, grupos escolares, entre outros.
2. **Passeios de burro com crianças e passeios pedestres** para o público em geral na área envolvente do "Abrigo". Estes passeios são sempre acompanhados por um guia que fornece informação relevante relativa ao rico património natural, cultural e paisagístico da região.
3. **Promoção, divulgação e venda de artesanato local**, disponibilizando aos visitantes um conjunto de artigos artesanais de qualidade, produzidos por gentes locais, contribuindo para a preservação das artes e ofícios da região.
4. **Participação em eventos** de cariz etnográfico, cultural, entre outros (exemplo: Recriação Histórica alusiva à ocupação do Convento de Mafra pelo Exército Napoleónico, Fexpomalveira, Feiras de artesanato, etc.).

Apadrinhamento de burros
Uma das formas criadas para angariar os fundos necessários, de modo a cobrir despesas com resgates, bem como assegurar a alimentação e os cuidados veterinários dos burros residentes no Abrigo do Jumento, é o Programa de Apadrinhamentos.
Com este programa, qualquer pessoa interessada em apoiar o projecto, poderá simbolicamente apadrinhar por um ano um dos nossos burros, e assim colaborar nesta missão de ajudar a garantir o seu bem-estar.
O Pacote de Apadrinhamento inclui um Certificado com fotografia do burro apadrinhado, o respectivo Historial e a possibilidade de vir conhecer pessoalmente o animal.
O apadrinhamento é oficializado através de um donativo de 25 euros anuais, mas os Pais Adoptivos podem contribuir com outros donativos.
Os pedidos de apadrinhamento deverão ser feitos através dos contactos da Associação (email ou telefone).

Donativos
A Associação Burricadas agradece qualquer donativo voluntário por parte de particulares ou instituições que nos queiram apoiar.
NIB para donativos: 0036 0120 9910003 5449 37

Contactos
www.burricadas.org / burricadas@sapo.pt/ 965462296

BURRO
EM VIAS DE EXTINÇÃO

RETRATO

Diogo Pimenta Textos **Associação Burricadas** Fotos
Associação Para a Preservação do Burro - Burricadas Abrigo do Jumento

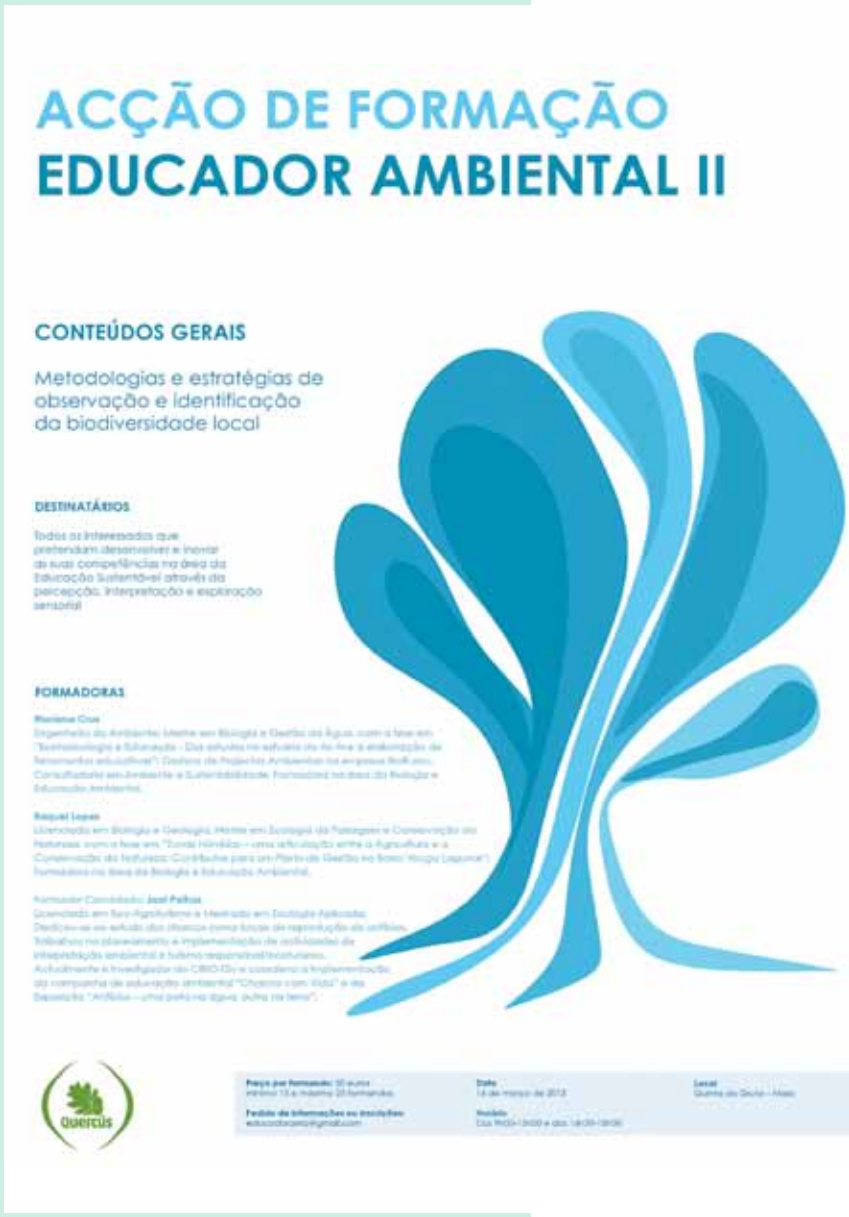
Agricultura
Biológica
"curso"
23 Fevereiro 23 Março
20, 27 Abril
15 Junho 6 Julho
14h 30 às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga
» Sócios: 54€
» Não Sócios: 67€
» Mínimo de inscrições
10 Formandos

Poda de
Fruteiras
"curso"
26 Janeiro
2 Fevereiro
11h às 13h
14h às 18h
Quinta Pedagógica de Real, Braga
» Sócios: 38€
» Não Sócios: 47€
» Mínimo de inscrições
10 Formandos

Apicultura em Modo
de Produção Biológico
"curso"
teórico 15 Fevereiro
1 e 8 Março
» 19h 30 às 23h 30
prático 16 Fevereiro
2 Março
» 9h às 13h
Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Braga
» Sócios: 71€
» Não Sócios: 87€
» Mínimo de inscrições
10 Formandos

Introdução
Engenharia Natural
"uma ferramenta para a gestão
ecológica e sustentável do território"
16 e 17 Fevereiro
10h às 13h
14h às 18h
9h às 13h
14h às 17h
Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Braga
» Sócios: 43€
» Não Sócios: 53€
» Mínimo de inscrições
10 Formandos

FORMAÇÃO
REUTILIZAÇÃO CRIATIVA
*Através da metodologia "aprender experimentando" e dos três pilares em que assenta a formação - UTILIDADE, ARTE E DESIGN - sugere-se criar novas peças utilizando materiais desperdiçados.
*Cada participante ficará com as suas obras-primas.
Formadoras
Sara Ratola e Joana Monteiro
Preço por participante: 42€ sócios da Quercus e 52€ não sócios
Mínimo 15 e máximo 25 participantes
Informações e inscrições
braga@quercus.pt / 927 996 133
Local
Quinta Pedagógica de Real, Braga
Data e Hora
2 e 3 Março 2013 - das 09h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00
BRAGA
MUNICÍPIO


ACÇÃO DE FORMAÇÃO
EDUCADOR AMBIENTAL II
CONTEÚDOS GERAIS
Metodologias e estratégias de observação e identificação da biodiversidade local
DESTINATÁRIOS
FORMADORAS
Quercus

PARTICIPAR

ENTRE **O CONSUMISMO** E **AS ATITUDES ECOLÓGICAS**

O Natal e as festividades de fim de ano são por norma épocas de grande consumismo e as atitudes ambientais, infelizmente, nem sempre são as mais correctas. Mas é verdade que existem excepções, como por exemplo o grupo de pais Natal que foram fazer um passeio de bicicleta sem prendas.

ZOOM

Dário Cardador _ Fotos

RAIOS & CORISCOS, COBRAS E LAGARTOS

CONTO DA NATUREZA

Cláudia Silva texto **Ricardo Marques** ilustração

Parece que há uma grande maldição sobre os répteis! Quantas vezes não se ouviu já dizer "cobras e lagartos" quando algo corre mal. Quantos mitos não há sobre mulheres más com cabelo de cobras que enfeitiçam ou serpentes que enganam mulheres para dar frutos proibidos aos seus maridos? Numa noite quente de verão, duas osgas suspensas numa parede caiada, refletem sobre este assunto.

"Não percebo porque nos odeiam tanto os humanos"

"Porque não nos compreendem."

"Mas não é só a nós, osgas, é a praticamente todos os répteis..."

"Porque rastejamos e temos corpos rijos ou escamosos e o nosso sangue é frio. Os humanos gostam de animais fofinhos e felpudos."

"Mas isso não é motivo para inventarem mentiras sobre nós!"

"Eles na realidade têm é medo, por isso é que dizem essas coisas."

"Sabes que a D. Ermelinda no outro dia estava a dizer às vizinhas que nós somos venenosas, e que já morreram pessoas porque uma de nós caiu na água que beberam?"

"É assim que começam os mitos."

"Mas depois quando não estamos por aqui, queixa-se que tem a casa cheia de mosquitos e traças."

"Pois esquecem-se do importante serviço que lhes prestamos, preferem acreditar nessas mentiras porque aos olhos delas somos feias e medonhas..."

"Medo tenho eu dela que sempre que me vê vai logo procurar a vassoura..."

" Os nossos primos lagartos queixam-se do mesmo, a sorte deles é que são bem maiores e conseguem confrontar as suas ameaças, as pessoas ficam cheias de medo."

"Sim, também já ouvi a D. Ermelinda a falar de lagartos enormes que sobem pelas pernas das mulheres acima!"

"As pessoas inventam cada coisa..."

"E sobre as serpentes? Provavelmente são as mais odiadas pela maioria dos humanos. Muitas coisas más estão ligadas às serpentes."

"Sim há a lenda da Medusa, que era uma mulher com cabelos de cobra e que hipnotizava as pessoas e imensas histórias de pessoas que morreram por causa da mordidela de uma serpente. Até cá em Portugal as pessoas têm medo das cobras porque acham que são venenosas. Em Portugal há serpentes venenosas?"

"Há as víboras, mas ao contrário do que as pessoas pensam, dificilmente matariam alguém, só se estivesse doente ou velho. O veneno delas é tóxico mas não é mortal para os humanos. Elas usam o veneno para matar as suas presas e preferem sempre um rato do campo a um humano que é muito mais difícil de comer!"

"Ha ha ha. Imagino que sim."

"Além disso em Portugal existem muitas espécies de serpentes e realmente só as víboras é que têm veneno, mas ainda para mais são bastante raras e a Víbora-cornuda até já está ameaçada. São mesmo poucas."

"Camaleões, lagartixas, licranços... será que não há nenhuma espécie da nossa família com que os humanos simpatizem?"

"Olha, acho que os únicos que ainda se safam e que quase toda a gente gosta são os nossos primos afastados que vivem na água: as tartarugas e os cágados."

"Pois é, algumas pessoas até gostam de os ter de estimação em tanques."

"Sim, também há algumas pessoas mais extravagantes que também gostam de ter cobras e outros lagartos de estimação em casa mas normalmente são aqueles primos exóticos que vêm do estrangeiro como as iguanas ou as pitons."

"Aí sim? Esses não conheço, mas no outro dia estava a ouvir a D. Ermelinda a falar que no rio Zêzere haviam crocodilos! Esses também são primos afastados não são?"

"Sim os crocodilos também são répteis, e é por causa das pessoas extravagantes gostarem de ter alguns dos nossos primos exóticos em casa, que às vezes eles conseguem escapar-se ou pior, eles crescem muito e as pessoas depois já não os querem e deixam-nos ir para os rios e depois andam por aí a destabilizar os ecossistemas todos?"

"Então quer dizer que esses crocodilos eram de estimação?"

"Sim, só podiam ser, cá não existem crocodilos."

Uma luz acende-se e as osgas ficam petrificadas e em silêncio total. Passados alguns minutos sem que ninguém aparecesse diz uma para a outra a sussurrar:

"A D.Ermelinda acendeu a luz do pátio, vamos ter banquete..." Disse feliz.

Começam a aparecer traças e mosquitos atraídos pela luz e, devagarinho como é habitual, as osgas começam a aproximar-se. Esquecem por completo a conversa e a filosofia, agora o estômago fala mais alto. Fazem um banquete de insetos e ficam consoladas e no final a D. Ermelinda, sem saber, também fica a ganhar porque esses insetos não vão entrar para a sua casa.

A natureza há que compreender, Para que juntos possamos viver!

AGRICULTURA

DR 238 SÉRIE I de 2012-12-10
Lei n.º 62/2012 - AR
Cria a bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, designada por «Bolsa de terras»
Lei n.º 63/2012 - AR
Aprova benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da «Bolsa de terras»

ÁGUA / OCEANO

DR 209 SÉRIE I de 2012-10-29
Portaria n.º 346/2012 - MAMAOT
Mantém a declaração da praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso
Portaria n.º 347/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea no local de Ribeira de Santo Amaro, concelho de Pombal
DR 211 SÉRIE I de 2012-10-31
Portaria n.º 357/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea nos locais de Venda Nova, Outeiro da Vinha e Lagar do Caranguejo, no concelho de Pombal
DR 232 SÉRIE I de 2012-11-30
Portaria n.º 395/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção das captações de água subterrânea no local de Pedrogueira, concelho de Pombal
DR 237 SÉRIE I de 2012-12-07
Portaria n.º 404/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea situadas no concelho de Oliveira do Bairro
Portaria n.º 405/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho da Chamusca
DR 242 SÉRIE I de 2012-12-14
Portaria n.º 409/2012 - MAMAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea, localizadas nos concelhos de Almeirim, Alpiarça e Coruche

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/ CAÇA/PESCA

DR 211 SÉRIE I de 2012-10-31
Portaria n.º 353/2012 – MF; MAMAOT
Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.
DR 222 SÉRIE I de 2012-11-16
Portaria n.º 374/2012 - MAI
Estabelece o regime de instalação dos sistemas de proteção florestal e deteção de incêndios florestais em terreno que seja propriedade privada e aprova o modelo de autorização do proprietário ou proprietários do terreno onde se pretenda proceder à referida instalação
DR 238 SÉRIE I de 2012-12-10
Decreto n.º 31/2012 - MAMAOT
Exclui do regime florestal parcial uma parcela de terreno baldio, com a área de 4900 m2, pertencente ao perímetro florestal das Serras do Soajo e Peneda, situada no concelho de Melgaço, para permitir a construção de um lar da terceira idade, um centro de dia e outras estruturas de apoio social

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/ POLUIÇÃO DO AR /MOBILIDADE

DR 228 SÉRIE I de 2012-11-26
Decreto-Lei n.º 252/2012 - MAMAOT
Procede à alteração do regime jurídico do comércio de licenças de emissão de gases com efeito estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de dezembro, transpondo parcialmente a Diretiva n.º 2009/19/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril
DR 232 SÉRIE I de 2012-11-30
Decreto-Lei n.º 258/2012 - MEE
Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, transpondo a Diretiva n.º 2011/88/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de novembro, que altera a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias
DR 231 SÉRIE I de 2012-11-29
Decreto-Lei n.º 256/2012 - MEE
Estabelece disposições tendentes a assegurar condições de estabilidade tarifária no período inicial de implementação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional e permitir a operacionalização, no sistema tarifário, da dedução nos montantes de determinados sobrecustos do SEN de receitas legalmente afetas à sua compensação
DR 237 SÉRIE I de 2012-12-07
Declaração de Retificação n.º 73/2012 – PCM - SG
Retifica o Decreto-Lei n.º 215-B/2012, de 8 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e completa a transposição da Diretiva n.º 2009/72/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade, publicado no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 194, de 8 de outubro de 2012
Declaração de Retificação n.º 74/2012 – PCM - SG
Retifica o Decreto-Lei n.º 215-A/2012, de 8 de outubro, do Ministério da Economia e do Emprego, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN), bem como as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade, publicado no Diário da República, 1.ª série, suplemento, n.º 194, de 8 de outubro de 2012
DR 243 SÉRIE I de 2012-12-17
Decreto-Lei n.º 262/2012 - MEC
Estabelece as obrigações dos titulares das licenças de instalações nucleares

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 212 SÉRIE I de 2012-11-02
Decreto-Lei n.º 239/2012 - MAMAOT
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional
DR 217 SÉRIE I de 2012-11-09
Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2012 - PCM
Suspende parcialmente o Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Sines e Burgau e o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, pelo prazo de dois anos, com vista à instalação do Posto de Observação da Ponta da Galhofa, integrado no projeto de âmbito nacional Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controle da costa portuguesa
DR 220 SÉRIE I de 2012-11-14
Declaração de Retificação n.º 64/2012 – PCM - SG
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2012, de 3 de outubro, que altera o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - Forte de São Julião da Barra, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/98, de 19 de outubro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 192, de 3 de outubro de 2012
Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2012/A – RAA - PG
Suspende parcialmente o Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo
DR 232 SÉRIE I de 2012-11-30
Declaração de Retificação n.º 71/2012 – PCM - SG
Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a nível municipal, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 192, de 3 de outubro de 2012
DR 235 SÉRIE I de 2012-12-05
Portaria n.º 400/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Redondo
DR 242 SÉRIE I de 2012-12-14
Portaria n.º 410/2012 - MAMAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Porto de Mós

RESÍDUOS

DR 209 SÉRIE I de 2012-10-29
Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2012 - PCM
Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços de remoção de resíduos perigosos depositados em 2001 e 2002 nas escombreiras das antigas minas de São Pedro da Cova, em Gondomar, incluindo o seu encaminhamento para o destino final adequado às características dos resíduos

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 217 SÉRIE I de 2012-11-09
Decreto-Lei n.º 245/2012 - MS
Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, transpondo a Diretiva n.º 2011/84/UE, do Conselho, de 20 de setembro, que altera a Diretiva n.º 76/768/CEE, do Conselho, de 27 de julho, relativa a produtos cosméticos, a fim de adaptar o seu anexo III aos progressos técnicos

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MEE – Ministério da Economia e Emprego
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSSS - Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
PCM – SG - Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria Geral
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

PROPOSTAS DIDÁTICAS

Alexandra Azevedo

Alexandra Azevedo

ECO-RECEITA
BOLACHAS DE BOLOTA

Ingredientes
_ 200g de manteiga,
_ 100g de açúcar,
_ 200 g de farinha de trigo não refinada,
_ 100g de farinha de bolota,
_ 5g de canela,
_ uma pitada de sal.

Modo de preparação
Derreter a manteiga, juntar os restantes ingredientes e misturar bem. Moldar em forma de rolo e com uma faca cortar em bolachas que se vão colocando num tabuleiro de ir ao forno untado (ou com papel vegetal anti-aderente) deixando espaço para que cresçam. Levar ao forno a 190ºC, apenas com calor em baixo, durante cerca 15 minutos.

Pode usar-se a bolota de qualquer árvore do género Quercus, à excepção do carrasco (*Quercus coccifera*), pois o seu sabor é demasiado amargo, nem os animais as comem! A bolota é apanhada no Outono quando caí, é seleccionada e colocada em água (as que não estão em boas condições vão boiar). Cozem-se na panela de pressão durante 30 minutos ou assam-se no forno a 200ºC durante 10 minutos (antes que comecem a estalar) para se conseguirem descascar melhor. Descascam-se e congelam-se até serem utilizadas. Para as desfazer e transformar em farinha descongelam-se e metem-se na picadora 1,2,3.

Não é demais frisar as propriedades medicinais da bolota, sendo um alimento funcional de excelência que deve ser melhor aproveitado a bem da nossa saúde e da preservação das nossas florestas naturais e dos Quercus em particular:
_ Previne problemas cardiovasculares e tem acção anti-inflamatória (devido ao elevado teor em ácido oleico)
_ Retarda o envelhecimento, previne doenças degenerativas (como a diabetes, cataratas ou doença de Alzeimer) e previne o cancro (pelo seu teor em polifenóis, dos antioxidantes mais potentes).

O NOSSO PLANETA É AZUL
www.planetazul.pt
um portal carbonfree
O NOSSO PLANETA É AZUL
PORQUE O AZUL É SUSTENTABILIDADE.
É O AZUL QUE TODOS QUEREMOS PARA O NOSSO PLANETA. Agora, no portal **www.planetazul.pt**, pode encontrar tudo o que sempre quis saber sobre ambiente e sustentabilidade. E tudo o que está na sua mão para "ser mais amigo do ambiente". Todos os dias, inúmeros conteúdos, apresentados em todas as perspectivas – noticiosa, informativa, formativa, lúdica, cultural, opinativa – à distância de um clique.
TUDO ISTO, EM **www.planetazul.pt**
É VOCÊ QUE FAZ A DIFERENÇA.
PINTE CONNOSCO O PLANETA DE AZUL.
AGORA, ESTÁ NA SUA MÃO
planetazul
PATROCÍNIOS
ADENE AGÊNCIA PARA A ENERGIA
RENAULT
APOIOS
valorpneu
ANA Aeroportos de Portugal
TRATOLIXO
PARCEIROS
LNEG
ecoprogresso
BCSD PORTUGAL
Rnae
ABAE
NAT GEO ADVENTURE
smas

ROSTOS QUERCUS

Nome: Ana Cristina Figueiredo

Idade: 48 anos

Função na Quercus: Vogal da Direcção Nacional

Descrição das funções que desempenha
Sou actualmente coordenadora do Gabinete Juridico da QUERCUS e tenho também, entre outros pelouros, o dos Recursos Humanos da Associação.

Como aconteceu a sua vinda para a Quercus
Inscrevi-me na QUERCUS no início dos anos 90, no mesmo dia em que me inscrevi na Liga para a Protecção da Natureza. Recordo que a inscrição foi feita na Terra Sã, feira da AGROBIO, que decorria na Estufa Fria em Lisboa. A primeira causa que "abracei" foi a campanha pela preservação e aquisição de terrenos na zona do Tejo Internacional, antes da criação do Parque natural. Integrei a Direcção do Nucleo de Lisboa da QUERCUS em 1994 e, desde então, "tomei o gosto " e tenho ocupado cargos directivos ora no Núcleo de Lisboa, ora na Direcção Nacional. Ao longo destes quase 20 anos na Quercus fui sempre voluntária. É comum os voluntários sentirem que recebem bem mais do que dão e eu não sou excepção: ficarei sempre em dívida com a Associação, por tudo o que, através dela, vivi e aprendi.

Em que área de trabalho da Quercus mais se revê
Para além do trabalho na área juridica, uma vez que corresponde à minha área de formação, motiva-me em particular o trabalho desenvolvido em prol da conservação da natureza e da biodiversidade. Para além das tarefas "de bastidores" como são a elaboração de contratos, protocolos e afins; aprecio o "trabalho todo-o terreno" como a limpeza ou o arranque de infestantes, nas nossas micro-reservas e outras áreas de valor ecológico. Junto o útil ao agradável!

O que mais a preocupa em matéria ambiental
Ao nivel global, as alterações climáticas, sem dúvida: há bastantes factos, e cada vez mais consistentes, que sugerem estar a ocorrer um aquecimento global (conquanto sejam ainda pouco consensuais tanto a causa como os efeitos), que provocará alterações climáticas em todo o mundo, com os seus mais do que prováveis efeitos principais, de resto já bastante evidentes: fenómenos meteorológicos extremos, escassez de água potável resultante, sobretudo, do crescimento da população, e da produção agrícola-pecuária intensiva, migrações em massa, com os inerentes conflitos sócio-políticos...
Acresce que desde os anos 70, a procura e o uso de recursos naturais a nível mundial excedem a capacidade de carga do planeta sendo que, no presente, a Humanidade necessita de um planeta e meio para garantir o seu modelo de produção e consumo. É insustentável já hoje que somos cerca de 7000 milhões, e muito mais o será dentro de uns anos (em 2050 as previsões apontam para uma população de 9200 milhões) se nada fizermos para deter este modelo de desenvolvimento predatório dos recursos naturais renováveis e não renováveis.
A nível local, em Portugal, contrista-me desde logo a ausência de formação, de informação e de tradição cívica participativa que, ainda hoje, dificultam a intervenção dos cidadãos no debate público e nas decisões políticas nacionais em matéria ambiental. Situação tanto mais grave quanto nos defrontamos com um Estado de tendência «autista», e que ainda actualmente aparenta encarar a defesa do ambiente como um entrave ao desenvolvimento o que é notório, por exemplo, ao nível de um certo "relaxamento" da legislação em matéria de ordenamento do território (PINs, alterações profundas ao nível dos regimes jurídicos da REN e da RAN) ou do "simplex" do licenciamento industrial e outras actividades com elevados impactes ambientais.
Por outro lado, apesar dos inegáveis progressos em matéria de regulamentação ambiental verificados nas últimas décadas, existem ainda muitas áreas críticas a colmatar: entre elas e desde logo, o conhecimento e cumprimento das normas ambientais. Apesar de avançada, a legislação é vasta, complexa, não poucas vezes contraditória entre si, o que acarreta um nível de cumprimento extremamente baixo, a par de uma fiscalização deficiente que gera um sentimento de impunidade ainda por demais generalizado, tanto ao nível dos agentes económicos como dos cidadãos em geral.

Diga-nos o que faz todos os dias pelo ambiente:
Na alimentação, bani há muitos anos, a carne e o peixe e evito, tanto quanto possível, outros alimentos e produtos de origem animal. Procuro fazer um consumo sustentável, comprando no comércio local e privilegiando produtos nacionais, ou provenientes do comércio justo e com modo de produção sustentável e eticamente responsável, até onde consiga apurar. Faço a triagem dos resíduos e compostagem doméstica (o meu município tem bons sistemas de recolha das várias fileiras desde o papel aos plásticos, passando pelas pilhas, óleos usados, e REEES). Reutilizo a água do duche nos sanitários e capto água da chuva para regas. Evito o uso de equipamentos de alto consumo energético como ares condicionados ou aquecimentos. Não tenho transporte individual, pelo que uso os transportes colectivos (moro a 10 minutos da estação de comboios mais próxima, e o comboio continua a ser o meu meio de transporte de eleição). E agora que tenho ciclovia à porta, passarei a dar mais uso à bicicleta!

PRECISA-SE VOLUNTÁRIO/A ESPECIALISTA

PARA DAR APOIO À DIRECÇÃO NACIONAL, NA SEGUINTE ÁREA:

PESTICIDAS

A Quercus tem por missão geral trabalhar para um melhor ambiente em Portugal, e procura fazê-lo partindo de uma visão integrada, transversal e multidisciplinar. Tendo em conta o momento actual de revisão da Política Agrícola Comum e a proximidade do prazo de transposição da Directiva do Uso Sustentável dos Pesticidas em Janeiro de 2014, a Associação pretende reforçar a sua capacidade técnica e intervenção nesta área. O voluntário especialista reportará directamente a um elemento designado pela Direcção Nacional, sendo a comunicação regular feita preferencialmente via e-mail e skype. Consoante o perfil e tempo disponível será solicitado para dar a sua opinião em relação a determinados documentos, rever ou colaborar na elaboração de posições públicas e participar em seminários técnicos e reuniões em Portugal ou no estrangeiro.

Perfil pretendido
Licenciatura adequada
Desejável alguma experiência de trabalho na área
Boa expressão oral e escrita
Espírito crítico e activista
Ter ligação à internet e conta de e-mail

Oferece-se
Certificado de colaboração no final do ano civil
Reconhecimento do voluntário como fazendo parte da equipa de trabalho da Quercus
Oportunidade de participar em reuniões de âmbito nacional e internacional
Reembolso de deslocações internas e pagamento de deslocações externas
Cobertura de seguro quando necessário
Descontos em actividades promovidas pela Quercus

Se está interessado em ser Voluntário Especialista da Quercus na área de Pesticidas, envie o CV para:
paulasilva@quercusancn.pt (com indicação no campo "assunto" de: Voluntário Especialista Pesticidas)

QUERTOON NETWORK
PRECISA-SE CARTOONISTAS

Lês regularmente o jornal Quercus Ambiente, a newsletter ou os comunicados da Quercus, enfim, estás atento ao que se passa com o ambiente em Portugal?
Tens sentido de humor, satírico, sarcástico, negro, amarelo, britânico ou às pintinhas cor-de-rosa? e/ou Sabes desenhar bem? (mesmo que não tenhas pingo de sentido de humor...)
Se sim, junta-te à equipa do Quertoon!
Oferece-se: Boa disposição + Pacote atrativo de risadas
Contacta: quertoon@quercus.pt

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 236 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus	
Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	Data

Nome:
Sexo (F/M):
Morada:
Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __
Concelho: Distrito: País:
Telefone: Fax: E-mail:
BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:
Nº de Contribuinte: Profissão:
Data: Assinatura:

Quota anual: Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento
☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus
Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL: Idalina Perestrelo

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Ideia Clara. Design

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Alexandra Azevedo; Anabela Rodrigues; Ana Cristina Costa; Ana Cristina Figueiredo; Associação Para a Preservação do Burro – Burricadas Abrigo do Jumento; Carla Graça; Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco; Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto; Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André; CIR – Centro de Informação de Resíduos; Cláudia Silva; Cristina Rodrigues; Diogo Pimenta; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Fundo Conservação da Natureza; Gonçalo Figueira; Idalina Perestrelo; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Núcleo Regional de Setubal da Quercus; Núcleo Regional de Vila Real da Quercus; Nuno Sequeira; Paula Silva; Paulo Monteiro; Paulo Lucas; Planetazul; Rui Berkemeier; Samuel Infante; Sara Campos; Susana Fonseca; Vanda Marques.

FOTO CAPA: Gonçalo Figueira

FOTOS: Albano Soares; Alexandra Azevedo; Associação Para a Preservação do Burro – Burricadas Abrigo do Jumento; Cristina Rodrigues; Dário Cardador; Elsa Oliveira; Fundo Conservação da Natureza; Idalina Perestrelo; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Paulo Lucas; Paulo Monteiro; Ricardo Marques; Samuel Infante; Vanda Marques

IMPRESSÃO: Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte SA

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

VEOLIA ÁGUA

Conferências Internacionais
Antes e Depois da RIO+20

O QUE NOS UNE A TODOS

Sistemas Climático e Oceânico

Um Património Natural Intangível para a Humanidade

Condomínio da Terra

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL - CONDOMÍNIO DA TERRA
"UM NOVO PATRIMÓNIO PARA UMA NOVA ECONOMIA"

16 e 17 de janeiro de 2013 / Parque Biológico de Gaia

Website: www.condominiodaterra.org **Tlm:** 939 992 185 **E-mail:** inscrever@condominiodaterra.org

16 JANEIRO

SESSÃO DE ABERTURA
* **Dr. Luís Filipe Menezes** - Presidente do Município de Gaia (* a confirmar)
Nuno Sequeira - Presidente da Direcção Nacional da Quercus

1ª. SESSÃO
Apresentação do Projecto Condomínio da Terra

Paulo Magalhães - Quercus, Cesnova - UNL
Nuno Gaspar de Oliveira - Cigest, ISG

2ª. SESSÃO
A Construção de um Património Natural Intangível da Humanidade (PNIH) Relativo aos Sistemas Climático e Oceânico

TEMAS:
Intangibilidade da natureza, características que justificam a classificação dos sistemas climático e oceânico como PNIH, indicadores do PNIH, limites globais do PNIH, consequências da constituição do PNIH

Will Steffen - Australian National University
Michel Prieur - Université de Limoges
Viriato Soromenho Marques - Universidade de Lisboa
José Manuel Sobrino - Universidad de A Coruña
Tiago Pitta e Cunha - Especialista em Políticas de Oceano e Assuntos Marítimos
Ana Barreira - Instituto Internacional de Derecho y Medio Ambiente

MODERAÇÃO POR:
Marta Chantal - Universidade do Porto

SESSÃO DE ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO DIA
Sua Majestade Sheikh Abdul Aziz Bin Ali Al Nuaimi, "Green Sheikh"

17 JANEIRO

3ª. SESSÃO
Desafios da Gestão do PNIH

TEMAS:
Internalizar externalidades económicas / Mercados falhados / Plataformas de gestão de bens comuns / Ferramentas locais com leituras globais

Joshua Farley - University of Vermont
Raimundo Soares - Instituto Orior
Alexandra Aragão - Universidade de Coimbra
Jan J. Boersema - Institute for Environmental Studies, Vrije Universiteit

MODERAÇÃO POR:
Iva Miranda Pires - Universidade Nova de Lisboa

4ª. SESSÃO
Organização Mundial de Ambiente (OMA) e o PNIH

TEMAS:
Direitos das gerações futuras, evolução da OMA na ONU, separação de competências, princípio da subsidiariedade, responsabilidades comuns mas diferenciadas, gestão partilhada

Jérémie Fosse - ESADE Business School
Eduardo Viola - Universidade de Brasília
Gonçalo Carneiro - World Maritime University
Sarah Cornell - Stockholm Resilience Centre

MODERAÇÃO POR:
Francisco Ferreira - Universidade Nova de Lisboa / Quercus

SESSÃO DE ENCERRAMENTO
* **Dr. Luís Filipe Menezes** - Presidente do Município de Gaia (* a confirmar)
João Branco - Vice-Presidente da Direcção Nacional da Quercus
Luísa Schmidt - Universidade de Lisboa